



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO

Doraci Weber Kraemer

**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA PRISÃO:**  
**Um estudo sobre as práticas de resistência na penitenciária**  
**de segurança máxima de Londrina**

Florianópolis

2005

Doraci Weber Kraemer

**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA PRISÃO:  
Um estudo sobre as práticas de resistência na penitenciária  
de segurança máxima de Londrina**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Kleber Prado Filho

Florianópolis

2005

Doraci Weber Kraemer

A Constituição do Sujeito na Prisão: Um estudo sobre as práticas de  
resistência na penitenciária de segurança máxima de Londrina

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2005.

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Andréa Vieira Zanella  
Coordenadora

Prof. Dr. Kleber Prado Filho  
Departamento de Psicologia, UFSC

Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon  
Programa de Pós-Graduação em História – UFG

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Dulce Helena Penna Soares  
Departamento de Psicologia, UFSC

Dedico este trabalho ao Celso e ao Felipe, pela sua paciência, carinho e constante apoio, tanto nas ausências como nas presenças...

### **Agradecimentos**

Ao Professor Kleber, pelo modo especial de orientar e a confiança depositada.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia que contribuíram com seus valiosos conhecimentos.

À Penitenciária Estadual de Londrina que abriu as portas e possibilitou todas as condições para que esta pesquisa se realizasse.

Às Amigas Cintia Helena, Karin, Tatiana e Patrícia, companhias agradáveis durante este tempo e para sempre ...

Às pessoas que trabalham comigo e tanto apoio me deram...

A todos que de alguma forma participaram desta construção e não estão aqui nomeados.

*... nas relações de poder, há forçosamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de astúcia, e estratégias que reverterem a situação -, não haveria absolutamente relações de poder.*

*Michel Foucault*

## **Resumo**

Esse trabalho investiga como as práticas penitenciárias vão constituindo subjetividades, com ênfase ao modo como as práticas de resistência emergem frente a esses modos de subjetivação. A pesquisa tem como referencial a produção de Michel Foucault e serve-se dos procedimentos foucaultianos da arqueologia e da genealogia, além de pesquisa documental realizada na penitenciária de segurança máxima de Londrina, no Estado do Paraná. Os documentos nos mostram que a maior parte das ações dos presos, vista como indisciplina pela instituição carcerária, se constitui em práticas de resistência, que podem ser diretamente ou indiretamente realizadas frente aos dispositivos penitenciários. A resistência está presente em todas as relações de saber/poder e, portanto, por mais que objective-se disciplinar e vigiar, há sempre formas de escape, mesmo que sejam pequenas e cotidianas resistências.

Palavras chave: prisão, resistência, Michel Foucault.

## **Abstract**

This study investigates how the penitenciarian practices create subjetivities emphasizing how the resistance practices appear in front of these subjetivation ways. The research has as reference the production of Michel Foucault and uses the foucaultian archeological and genealogical procedures and the documental research of the maximum security penitentiary in Londrina, in the State of Paraná. The documents show that the most of the actions of the prisoners seen as indiscipline by the penitenciarian institution are resistance practices that can be done directly or indirectly against the penitenciarian devices. The resistance is present in all relations of knowing/having power, therefore, as more one tries to discipline and to watch over, there are ever forms of escape even the little and daily forms of resistance.

**Key-words:** imprisonment, resistance, Michel Foucault.



## **Lista de Tabelas**

TABELA 1. Categorias de Análise por Acusação .....	80
TABELA 2. Quadro Geral de Documentos Analisados .....	83

## Sumário

Introdução .....	11
1. Michel Foucault e a Crítica à Questão Prisional .....	16
1.1 Acontecimentos marcantes na trajetória da Penalidade .....	23
1.2 Os reformadores .....	30
1.3 Uma nova forma de poder: a Disciplina .....	47
1.4 Disciplina e Prisão .....	54
1.5 A noção de indivíduo perigoso .....	59
2. Sujeito, Poder e Resistência .....	64
3. Método .....	74
3.1 Levantamento de Informações para a Pesquisa .....	77
4. Resultados de Pesquisa .....	88
4.1 A Prisão no Brasil .....	88
4.2 Adentrando no Campo de Pesquisa .....	91
4.3 As Faces que a Pesquisa Possibilitou .....	94
Conclusões .....	101
Referências .....	106
Bibliografia .....	107
Anexo 1 - Estatuto Penitenciário do Paraná – Das Faltas e das Sanções Disciplinares	
Anexo 2 – Normas e Procedimentos	
Anexo 3 – Cartazes Internos da PEL	
Anexo 4 – Depen – Relatório Mensal 2004 – Conselho Disciplinar / Comissão Técnica	
Anexo 5 – Resistência de Ocorrência Direta	
Anexo 6 – Resistência de Ocorrência Indireta	
Anexo 7 – Exemplo de Não-Ocorrência	
Anexo 8 – Aviso aos Agentes	
Anexo 9 – Depen – Relatório Mensal 2004 – Custódia e Movimentação dos Presos	
Anexo 10 – Quadro de Funcionários	
Anexo 11 – Depen – Relatório Mensal 2004 – Faixa Etária e Procedência dos Presos	
Anexo 12 - Depen – Relatório 2004 – Escolaridade, Estado Civil e Cor	
Anexo 13 – Regras para Visitas	

## **Introdução**

A vida em sociedade, do modo como nós a conhecemos, desenvolveu-se sobre os eixos dos direitos e dos deveres. Para acessar os direitos, cada um deve cumprir os deveres que lhe são impostos. Nos interessa, neste trabalho, o que acontece com aquele que não cumpre os seus deveres, que transgride as normas e as leis e acaba privado de sua liberdade.

Parece ser de senso comum, em nossa época, que aquele que infringe uma norma, que comete um delito deve ser castigado. A pena privativa de liberdade parece ser algo da própria natureza humana, assim como a polícia, os juízes, as leis, as prisões. Muitas questões deste universo vão percorrer este texto, questões como quais seriam os meios adequados, o tempo ideal e o objetivo da pena, se esta deve se referir à pessoa do infrator ou à sociedade como um todo; se a pena deve reparar o mal ou prevenir o risco de que ele se repita, se ela recupera ou exclui e ainda, quem pode punir e por que, se é uma classe social, a sociedade toda, se é uma justiça “neutra”. Nós não temos a intenção de responder a estas questões que permeiam os sistemas judiciário e penitenciário e todo seu aparato das ciências humanas. Estas são problematizações que aparecem ao longo do trabalho e servem de suporte para a nossa pesquisa.

Neste contexto, este trabalho procura investigar como as práticas penitenciárias vão constituindo subjetividades, com ênfase no modo como se engendram práticas de resistência frente aos dispositivos<sup>1</sup> penitenciários, ou seja, como os corpos disciplinados e vigiados produzem estratégias de contra-poder, colocando em questão a função e a eficácia destes mecanismos de poder.

---

<sup>1</sup> Dispositivo “é um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (Foucault, Michel (1979) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, p. 244).

Em outras palavras, essa pesquisa quer compreender:

**- Como se constituem as práticas de resistência frente às práticas de encarceramento?**

No intuito de responder a essa pergunta, o trabalho fundamenta-se na produção de Michel Foucault. A partir desse referencial e de pesquisa documental referente ao histórico dos sujeitos na prisão, busca investigar como os mecanismos disciplinares e de vigilância dos dispositivos penitenciários implicam modos de subjetivação e, em especial, como as práticas de resistência emergem frente a esses.

No primeiro capítulo, denominado “Michel Foucault e a Crítica à Questão Prisional”, veremos que Michel Foucault foi um dos primeiros em nossos tempos a questionar e pesquisar o que se passa nas prisões, principalmente na França. Para tal, Foucault participa da organização do Movimento denominado GIP na década de 1970, o qual busca dar visibilidade ao que acontece atrás das grades e incita mudanças no sistema, as quais devem ser requeridas pelos próprios presos e por suas famílias.

Sob o título “Acontecimentos marcantes na trajetória da penalidade”, fazemos uma retrospectiva do modo como, do período feudal até meados do século XVIII, funcionam as práticas de justiça e as formas de castigar. Nesta época, o acusado fica atrás das grades ou nas masmorras até ser julgado, depois é supliciado e punido publicamente, geralmente até a morte: um espetáculo para o povo. A prisão, como tal, não caracteriza uma pena, apenas serve de custódia e contenção temporária. Mas em determinado momento, o povo não compactua mais com essa prática de punir, pois sente piedade do supliciado e vê o executor com ódio, como um malfeitor, percebe também que nem todos são punidos da mesma forma e que o suplício denuncia a condição social do infeliz (Foucault, 1989). Isto aliado a uma série de mudanças sociais, econômicas e intelectuais, faz com que essa prática de castigo passe por mudanças, o

que acontece principalmente no século XVIII - século das Luzes, dos reformadores penais, tempo de grandes transformações.

Em seguida, com o texto “Os Reformadores Penais”, buscamos compreender o que é a reforma penal, seus objetivos e que práticas resultaram desta; como que, apesar de não fazer parte do projeto dos reformadores, a prisão torna-se a pena mais utilizada na modernidade. Esse tema vamos aprofundar sob o título “Uma nova forma de poder: a Disciplina”, onde mostramos, a partir da produção de Michel Foucault, que o grande fator que desencadeou a forma de pensar e agir da modernidade foi a descoberta da Disciplina. Esta penetrou todas as instituições, e, principalmente, perpassou todos os corpos, buscando torná-los dóceis e úteis, por isto seu sucesso, pois utiliza-se de um poder sutil, uma nova forma de acessar os corpos e a subjetividade. Em “Disciplina e Prisão”, buscamos compreender como a Disciplina foi condição de possibilidade para a prisão como forma de pena. Para auxiliar nesta compreensão, buscamos entender como surgiu “A noção de indivíduo perigoso” e sua importância no direito moderno. Este, o delinquente, o perigoso, que nasceu junto com as ciências humanas, sendo seu objeto e seu efeito, não é uma descoberta, mas a constituição de um tipo social, uma figura do direito e um dos elementos do sistema penitenciário.

No capítulo dois, “Sujeito, Poder e Resistência”, buscamos compreender como se dão as relações de poder e saber que possibilitaram a constituição do homem moderno e, mais precisamente, do sistema penal na nossa modernidade. Veremos que aliada às relações de poder/saber está também, como assinala Foucault em *A Vontade de Saber* (2001), a resistência. Mas ele já anuncia a idéia de que as práticas de poder/saber são sempre passíveis de oposição em *Vigiar e Punir*, publicado em 1975, apesar de não conceituar e aprofundar o tema da resistência nesta obra. Foucault se preocupa menos em conceituar os termos e mais em utilizá-los nas questões que trabalha, os utiliza como

instrumentos e não como tendo valor em si mesmo. Sem a pretensão de esgotar o tema, tentamos compreender como o sujeito, especialmente na prisão, se constitui levando em consideração o trinômio poder/saber/resistência.

Tendo feito este mapeamento teórico buscamos, em Foucault, elementos para o método de pesquisa, conforme descrito no capítulo três. Utilizamos de pesquisa documental, conforme mostra o capítulo “Levantamento de Informações para a Pesquisa” com intuito de ampliar o campo de compreensão do nosso tema principal, a Resistência.

No capítulo quatro, “Resultados de um Percurso”, inicialmente buscamos situar a pena de prisão no Brasil. Ainda neste capítulo, descrevemos a instituição pesquisada, sua estrutura, seu funcionamento, suas normas, sob o título “Adentrando no Campo de Pesquisa. Esses dados são fruto da pesquisa documental, onde buscamos em meio aos registros cotidianos de comportamento dos presos, as possíveis resistências às relações de poder/saber.

Em seguida, fizemos a análise das informações em “As faces que a Pesquisa Possibilitou”, a partir do pensamento foucaultiano e das nossas compreensões e, por último, fechamos com as conclusões a cerca deste percurso de pesquisa, com todas as suas dificuldades e também as suas glórias, em particular, a glória do conhecimento que colhemos.

Vemos que, diante das discussões atuais sobre a criminalidade, sobre a (in) segurança pública, sobre o fracasso ou sucesso do dispositivo judiciário e, em especial, o carcerário, esse trabalho se faz relevante ao contribuir com a produção de conhecimento científico no campo da Psicologia, desenvolvendo os temas constituição do sujeito na prisão e resistência a partir do referencial teórico de Michel Foucault. Tal

desenvolvimento temático/conceitual possibilita a fundamentação de práticas sociais e a construção de um outro olhar sobre as questões prisionais.

## 1. Michel Foucault e a Crítica à Questão Prisional

Há um problema que há muito tempo me interessa, é o do sistema penal, da maneira como uma sociedade define o bem e o mal, o permitido e o não permitido, o legal e o ilegal, a maneira como ela exprime todas as transgressões feitas à sua lei (Michel Foucault)<sup>2</sup>.

Foucault inicia seu trabalho relacionado à prisão quando é convidado por Daniel Defert a dirigir um movimento que tem como objetivo contatar e preparar os processos dos militantes maoístas presos em 1970. Foucault aceita a direção do grupo, com base no projeto que tinha em fazer uma história das prisões após a sua obra *História da Loucura* (1961)<sup>3</sup>, mas muda o objetivo, propondo a criação de um movimento social que questione a situação penitenciária. Assim surge, em 1971, o GIP – Grupo de Informações sobre as Prisões, do qual fazem parte inicialmente Casamayor, Vidal-Naquet e Jean-Marie Domenach<sup>4</sup>.

O movimento começa com ligações telefônicas a advogados, médicos, capelães de prisões, assistentes sociais, sendo que muitas pessoas rapidamente se juntam ao grupo, incluindo detentos e familiares, que mandam cartas com intuito de participar de alguma forma, oferecendo trabalho, enviando dinheiro etc. O movimento também

---

<sup>2</sup> Foucault, M. “Um problema que há muito tempo me interessa é o sistema penal” (entrevista com J. Hasia), *La presse de Tunisie*, 12 de agosto de 1971, p. 3. In: : Ditos e Escritos IV (2003a). Rio de Janeiro: Forense, p. 32-6.

<sup>3</sup> Motta, Manoel Barros da (org.). Nota do org. In: (Manifesto do GIP) Ditos e Escritos IV (2003a). Rio de Janeiro: Forense, p. 1.

<sup>4</sup> Motta, Manoel Barros da (org.). Apresentação. In: Ditos e Escritos IV (2003a). Rio de Janeiro: Forense, p. XXXVI-XXXVII.



começa a ser conhecido e divulgado pela imprensa. Em cinco semanas o GIP é um movimento de repercussão geral, o que surpreende inclusive seus criadores<sup>5</sup>.

O objetivo do GIP é, segundo Foucault, “dar a palavra àqueles que têm uma experiência da prisão”<sup>6</sup> (2003a, p. 4), em vez de dá-la aos diretores, policiais etc, para falar sobre os presos. A idéia é fazer com que intelectuais, como magistrados, médicos, assistentes sociais, saiam de seu lugar privilegiado e se mobilizem junto aos detentos. O intuito não é conscientizar os presos, mas fazer circular a informação<sup>7</sup>, para que eles mesmos definam suas reivindicações e as ações necessárias. Assim, os inquiridores são também os inquiridos, pois os próprios presos denunciam a sua situação de opressão e organizam ações para mudá-la.

O GIP distribui questionários nas portas das prisões para que cheguem clandestinamente aos presos através dos familiares; da mesma forma, em seguida, distribuiu as respostas, possibilitando a comunicação entre famílias e presos e entre os próprios detentos e desses com a opinião pública. Essas respostas também são encaminhadas aos correspondentes das províncias que pedem informações, aos quais se pede que eles mesmos façam sua coleta de dados. A intenção é fazer com que toda a sociedade saiba o que acontece atrás dos muros e, deste modo, que a prisão se torne intolerável, e, ainda, que a sociedade se organize politicamente diante desse quadro, quanto a essa forma de exercício de poder. Segundo Foucault,

a prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado nu, nas suas dimensões as mais excessivas, e se justificar como poder moral. (...) É isso o que é fascinante nas prisões: por uma vez o poder não se esconde, não se mascara, se mostra

---

<sup>5</sup> Motta, Manoel Barros da (org.). Apresentação. In: (Manifesto do GIP) Ditos e Escritos IV (2003a). Rio de Janeiro: Forense, p. XXXVI-XXXVII.

<sup>6</sup> *In J'accuse*, nº 3, 15 de março de 1971, p. 26. In: Ditos e Escritos IV (2003a). Rio de Janeiro: Forense, p. 4-5.

<sup>7</sup> A dificuldade de mostrar e falar de sua situação era mais acentuada para os presos comuns, pois os presos políticos geralmente tinham alguma forma de expressar-se.

como tirania levada aos mais ínfimos detalhes, cinicamente ele próprio; ao mesmo tempo, ele é puro, ele está inteiramente no interior de uma moral que enquadra seu exercício: sua tirania bruta aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem<sup>8</sup> (2003a, p. 41).

Em 28 de maio de 1971, aparece a primeira brochura<sup>9</sup> realizada pelo GIP, produzida por Michel Foucault, com o título *Intolérable* (Intolerável) que traz na contracapa o texto abaixo:

São intoleráveis:  
  
os tribunais,  
  
os tiras,  
  
os hospitais, os asilos,  
  
a escola, o serviço militar,  
  
a imprensa, a televisão,  
  
o Estado.

Esse folheto é produzido a partir das respostas dos questionários que circularam nas prisões. Neste Foucault defende a idéia de que com a mobilização dos intelectuais ao lado dos presos ou outros grupos que sofrem opressão política e o conseqüente desaparecimento da diferença entre estes, produziu-se uma nova intolerância. Nesta intolerância, da sociedade contra a opressão e violência do Estado através de seus aparelhos, situam-se as inquirições-intolerância<sup>10</sup>, caracterizadas da seguinte forma (Foucault, 2003a, p. 28-9):

---

<sup>8</sup> Os Intelectuais e o Poder" (entrevista com G. Deleuze; 4 de março de 1972), L'arc, nº 49: Gilles Deleuze, 2 trimestre de 1972, ps. 3-10. In: Ditos e Escritos IV (2003a). Rio de Janeiro: Forense, p. 37-47.

<sup>9</sup> Ao total foram publicadas quatro brochuras. A segunda foi uma pesquisa sobre a prisão-modelo de Fleury-Mérogis. A terceira refere-se ao assassinato de George Jackson na prisão de Saintquentin nos EUA em 21 e agosto de 1971 e a quarta aos suicídios de presos durante o ano de 1972, dando atenção especial para o caso de um jovem de 32 anos, H. M.. Sobre isto ver Eribon, Didier. Michel Foucault. Uma biografia (1990). São Paulo: Companhia das Letras, p. 212.

<sup>10</sup> Prefácio a *Enquête des vingt prisons*, Paris, Champ Libre, col. "Intolérable", nº 1, 28 de maio de 1971, p. 3-5. In: Ditos e Escritos IV (2003a). Rio de Janeiro: Forense, p. 28-9.

- 1) Não se destinam a abrandar um poder opressivo, mas a atacar esse poder que se exerce com o nome de justiça, de técnica, de saber, de objetividade - tornando cada inquirição um *ato político*.
- 2) Visam alvos precisos, instituições que têm nome, lugar, dirigentes e que fazem vítimas, suscitam revoltas, inclusive entre os seus encarregados. Nesse sentido, elas devem ser *o primeiro episódio de uma luta*.
- 3) Elas têm por objetivo derrubar as barreiras hierárquicas indispensáveis ao poder, onde cada uma deve, em cada ponto estrategicamente importante, constituir *um front* de ataque.
- 4) Não são feitas do exterior por um grupo de técnicos, pois os inquiridores são os próprios inquiridos, cabendo a eles a responsabilidade da luta que impedirá a opressão.

Em consequência do GIP, a imprensa, através do jornal e da rádio, consegue entrar na prisão. Acontecem também movimentos de revolta em 35 prisões, sendo que algumas foram totalmente destruídas no inverno de 1971-1972. Surgem, espelhados no GIP, outros movimentos como o GIS (Grupo de Informação-Saúde), o GIA (Grupo de Informações sobre os Asilos), o GISTI (Grupo de Informação e de Suporte aos Trabalhadores Imigrados)<sup>11</sup>. Em dezembro de 1972, o GIP dissolve-se com a criação do comitê de ação dos prisioneiros<sup>12</sup>.

Segundo Motta (Foucault, 2003a), Michel Foucault retarda sua obra *Vigiar e Punir* por dois anos, para não passar a impressão aos detentos de que tivesse interesse especulativo com o movimento. Neste livro, publicado em 1975, Foucault faz uma

---

<sup>11</sup> Motta, Manoel Barros da (org.). Nota do org. In: (Manifesto do GIP) Ditos e Escritos IV (2003a). Rio de Janeiro: Forense, p. 1.

<sup>12</sup> Manoel Barros da (org.). Nota do org. In: (Manifesto do GIP) Ditos e Escritos IV (2003a). Rio de Janeiro: Forense, p. 3.

genealogia da sociedade disciplinar e mostra como a prisão<sup>13</sup> vai se tornando a pena mais utilizada na modernidade.

No período feudal a punição se dá através da execução pública. O corpo é supliciado, esquartejado, exposto vivo ou morto, enfim, é um espetáculo que se dá sobre o corpo do sentenciado. É o soberano quem sanciona a pena, pois a infração é considerada uma ofensa a ele e a punição, além de ser uma réplica, deve servir de exemplo aos que possam desobedecer às leis do soberano. Não se trata de uma forma desenfreada de exercer o poder, mas da economia de poder<sup>14</sup> de uma época.

No século XVIII, os reformadores<sup>15</sup> vão propor um novo direito penal que, segundo Foucault, não tem como verdadeiro objetivo criar uma teoria penal baseada em princípios mais eqüitativos; “mas estabelecer uma nova ‘economia’ do poder de castigar, assegurar uma melhor distribuição dele, (...) que seja repartido em circuitos homogêneos que possam ser exercidos em toda parte, de maneira contínua e até o mais fino grão do corpo social” (Vigiar e Punir, 1989, p. 75).

Ao longo do século XVIII e início do século XIX o espetáculo punitivo dos suplícios vai sendo substituído por outras formas de correção, dentre elas a prisão, apesar de esta não estar nos planos dos reformadores. Também não é mais o soberano quem determina a pena, mas sim o júri.

A punição, através do suplício, vai deixando de ser um espetáculo aos olhos do povo e passa a ser vista de forma negativa, como uma multiplicação de violência, na

---

<sup>13</sup> A prisão não é só um mecanismo de castigo, é também, e talvez prioritariamente, uma instituição de seqüestro, de vigilância e disciplina, à semelhança de outras instituições do mesmo gênero, como o hospital, o asilo, a escola, nas quais toda uma mecânica de poder se desenvolveu sobre o corpo dos sentenciados, dos asilados, dos doentes, dos alunos, etc.

<sup>14</sup> “Economia de poder” no período feudal age punindo um indivíduo buscando ter efeito sobre todos. Na idade clássica, a economia de poder visa agir sobre todos tendo efeito sobre todos, através de poder sutil, que não precisa utilizar-se de coação física, mas que, através da submissão, ou seja, da apreensão de seu corpo e de sua subjetividade, vai atingir os resultados esperados – disciplinamento dos corpos.

<sup>15</sup> Juristas e legisladores da época não estavam contentes com a forma irregular e violenta de julgar e condenar os culpados. Para tanto, criam teorias e leis para reformar o sistema punitivo, transferindo o poder de julgar do soberano para si.

qual o carrasco é visto como criminoso, o juiz como assassino e o corpo do supliciado com piedade e admiração, invertendo-se, assim, os papéis.

Na segunda metade do século XVIII há também uma mudança no tipo de transgressão, pois há uma diminuição dos delitos de sangue e de agressões físicas, prevalecendo os crimes contra a propriedade. Estas infrações deixam de ser consideradas atitudes contra a soberania e passam a ser contra a burguesia. Há uma mudança ainda na organização dos transgressores, pois os grandes bandos dissociam-se e formam-se grupos menores e profissionalizados para escapar à vigilância. A modificação econômica, a elevação geral no nível de vida, um forte crescimento demográfico, a multiplicação das riquezas e das propriedades, tudo isso provoca a necessidade de um aumento de segurança, tanto das pessoas possuidoras de algum capital, quanto de seus bens. Essa mudança no universo das práticas, seja do tipo de transgressão, seja nas formas de julgar e aplicar as penas, estão relacionadas às mudanças econômicas e sociais e também às modificações no campo das idéias, ao Iluminismo e as reformas penais que começam a ser pensadas nesse século.

Foucault aponta que no final do século XVIII acontece uma espécie de conflito entre os ilegalismos. No Antigo Regime, os ilegalismos eram praticados e legitimados pela própria burguesia, fazendo, assim, parte do exercício do poder, numa espécie de sabotagem aos aparelhos postos a funcionar por aquele Regime. A burguesia, para atender seu interesse econômico, precisava corromper regras como o sistema alfandegário, as regras das corporações, as práticas comerciais, as regras morais ou religiosas da ética econômica. Havia também o ilegalismo popular, onde camponeses buscavam escapar dos impostos e operários abalavam as regras das corporações ou das *jurandes*<sup>16</sup>. A burguesia e as classes populares eram aliados no empreendimento de

---

<sup>16</sup> “Sob o antigo regime, agrupamento profissional autônomo com personalidade jurídica própria, e disciplina coletiva estrita, composto de membros em igualdade unidos por um juramento.” Cf. Larousse,

escapar dos impostos, pois assim a imagem do contrabandista saído dessas classes era não só tolerada, mas praticada pela própria burguesia.

No novo regime, onde a burguesia toma o poder político e inventa estruturas e formas de exercício de poder para atender seus interesses econômicos, o ilegalismo popular que ela antes tolerava e lhe era útil, torna-se intolerável e é preciso sufocá-lo. A hipótese de Foucault é que o sistema penal e o sistema geral de fiscalização, criados no final do século XVIII e início do século XIX estão ligados a essa nova forma de exercício de poder, pois a nova ordem social e econômica necessita uma vigilância generalizada das camadas populares (Foucault, 2003a)<sup>17</sup>. É necessário uma nova forma de castigar, além das razões já apontadas, pois estando grande parte da população vivendo na miséria e conseqüentemente, ter aumentado o número de contravenções, certamente não seria possível punir a todos com a morte no pelourinho.

Em uma entrevista Foucault<sup>18</sup> diz que o que lhe choca no sistema penal, principalmente em relação às prisões, é que as pessoas que passam por lá são marcadas para sempre. Portanto, elas não são reenviadas ao proletariado de onde vieram, mas se constituem numa espécie de população marginal com alguns papéis estratégicos. Em primeiro lugar, essas pessoas devem servir de exemplo: “se você não for a usina, olha o que vai lhe acontecer” (Foucault, 2003a, p. 73). Em segundo lugar, se constituem em uma força de pressão eventual sobre o proletariado, pois é entre essas pessoas que se recrutam a polícia, os informantes, os *jaunes*<sup>19</sup>, os fura-greves etc. Em terceiro, esses

---

Paris, 1997. In “Sobre o Internamento Penitenciário” (entrevista com A. Krywin e F. Ringelheim), *Pro Justitia. Revue politique de droit, t. I, n° 3-4: La prison*, outubro de 1973, os. 5-14. In Ditos e Escritos IV (2003a), p. 69-80.

<sup>17</sup> “Sobre o Internamento Penitenciário” (entrevista com A. Krywin e F. Ringelheim), *Pro Justitia. Revue politique de droit, t. I, n° 3-4: La prison*, outubro de 1973, os. 5-14. In Ditos e Escritos IV (2003a), p. 69-80.

<sup>18</sup> “Sobre o Internamento Penitenciário” (entrevista com A. Krywin e F. Ringelheim), *Pro Justitia. Revue politique de droit, t. I, n° 3-4: La prison*, outubro de 1973, os. 5-14. In Ditos e Escritos IV (2003a), p. 69-80.

<sup>19</sup> Sindicatos criados para fazer oposição às reivindicações dos sindicatos operários (cf. Nota do Tradutor, in: Ditos e Escritos IV, 2003a, p. 73).

“delinquentes”, de quem se dizia não ser possível voltar a transformá-los em operários nos próprios espaços de trabalho, e que seria um insulto à classe operária reenviá-los ao proletariado, “essas mesmas pessoas foram expedidas para as colônias. (...) Fez-se dessa população marginalizada na Europa pequenos brancos, proletários em relação ao grande capitalismo colonial e, ao mesmo tempo, em relação aos autóctones, quadros policiais, informantes, tiras e soldados, munidos, aliás, de uma ideologia racista” (Foucault, 2003a, p. 73)<sup>20</sup>.

Neste novo cenário político, econômico, intelectual e social, a forma de castigo passa a ser repensada. A eficácia deixa de ser atribuída ao modelo exemplar da execução pública e passa ao campo da *consciência abstrata*. Os debates e a sentença tornam-se públicos, enquanto a execução é como uma *vergonha suplementar* que a justiça tem o constrangimento de impor ao condenado, passando sua execução a um outro mecanismo administrativo e sob a forma de sigilo. Assim, os magistrados livram-se do ofício de castigadores e se colocam como os que buscam corrigir, curar e reeducar<sup>21</sup>.

### **1.1 Acontecimentos marcantes na trajetória da Penalidade**

Na antiguidade, até fins do século XVIII, a privação de liberdade é utilizada apenas como garantia de contenção do acusado para preservá-lo fisicamente até o julgamento ou até a execução. Também é utilizada para fins de tortura com intuito de descobrir a verdade de um crime. A prisão, muitas vezes, antecipa a morte, através do abandono e das doenças do cárcere. Mas ela não tem como objetivo ser uma pena em si,

---

<sup>20</sup> “Sobre o Internamento Penitenciário” (entrevista com A. Krywin e F. Ringelheim), *Pro Justitia. Revue politique de droit*, t. 1, n° 3-4: *La prison*, outubro de 1973, os. 5-14. In Ditos e Escritos IV (2003a), p. 69-80.

<sup>21</sup> Foucault, Michel. (1989) *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, p. 15.

mas servir de custódia e contenção. Na Grécia e em Roma, segundo Bitencourt (1993), a prisão também é utilizada para reter os devedores até que as suas dívidas são pagas por eles ou por outrem. As prisões dessa época são lugares terríveis como calabouços, torres, conventos abandonados, palácios, depósitos e coletores de água etc.

Na Idade Média a privação de liberdade ainda não é considerada como pena e o espetáculo punitivo é bem aceito pelo povo. Predomina o direito germânico que utiliza a prisão como custódia. Surgem nesse período a prisão do Estado e a prisão eclesiástica.

Na prisão do Estado prendem-se os traidores ou adversários políticos dos governantes. Esta pode ser uma *prisão-custódia* - onde o acusado fica à espera da execução da pena, seja morte, açoite, mutilação etc, ou como *detenção temporal ou perpétua* ou ainda à *espera do perdão do rei* (Bitencourt, 1993).

A prisão eclesiástica é destinada aos sacerdotes que infringem as regras da Igreja e tem por objetivo a penitência e a meditação. Os clérigos rebeldes eram presos em uma ala dos mosteiros para que obtivessem, através da penitência e da oração, a correção. Segundo Bitencourt (1993), foi por iniciativa eclesiástica que surgem as prisões subterrâneas no século XII, onde os réus são despedidos com as palavras *vade in pace*, porque não saíam mais de lá. Essas prisões são masmorras para as quais se desce por uma escada ou através de poços onde os presos são dependurados por uma corda para chegarem ao fundo. Podemos dizer que a Igreja cristã - católica e protestante – inaugura de certa forma a prisão como pena, apesar de ter como objetivo a correção, sendo adotada pelo Direito Penal como pena apenas no final do século XVIII, ficando, portanto, sepultada por seis séculos. O pensamento eclesiástico de que a meditação, o arrependimento, o isolamento são mais eficazes na correção do que a força de coação, reflete-se ainda hoje nas práticas penitenciárias. Segundo Bitencourt (1993), o Direito Canônico contribuiu para o surgimento da prisão moderna, principalmente no que se



refere à recuperação do infrator. Aliás, da palavra penitência é que derivaram palavras como penitenciário e penitenciária. A influência do Direito Canônico foi reforçada com o predomínio dos conceitos teológico-morais do século XVIII no Direito Penal através da idéia de que o crime é um pecado contras as leis humanas e divinas. Do Direito Canônico foram herdados ainda os conceitos de fraternidade, redenção e caridade que, transpostas para o direito penal, buscaram corrigir e reabilitar o delinqüente (Bitencourt, 1993).

Na Idade Média aparece também o direito ordálico<sup>22</sup>, muito utilizado pelo direito espanhol, que prega que a prova da maldade do indivíduo se dá pelo fato de Deus tê-lo abandonado, o que faria com que não resistisse às provas submetidas pelo fogo, pela água, pelo ferro candente etc, no momento da punição.

Durante os séculos XVI e XVII, a Europa sofre mudanças econômicas, políticas e sociais que levam à miséria quase um quarto da população, trazendo consigo um aumento das infrações e conseqüente necessidade, pelo menos do ponto de vista da burguesia, de repreensão. Este cenário contribui para que na segunda metade do século XVI se inicie a construção de casas de internamento onde são encarcerados juntos transgressores, andarilhos e prostitutas, o que produz uma organização moral dos espaços. Na Inglaterra, a preocupação de algumas minorias das cidades em defendê-las fez com que elas mesmas procurassem soluções para a situação alarmante, criando, assim, espaços para prender os infratores. Representantes do clero inglês pedem ao rei a utilização do castelo de Bridwell para recolher os mendigos, os ociosos, os ladrões etc, enfim, transformam-o em uma prisão. Acredita-se que com o trabalho e disciplina férrea poder-se-ia recuperar os infratores, além de possibilitar que paguem seus gastos, tirando ainda algum lucro, servindo também de exemplo para quem está fora da instituição. O

---

<sup>22</sup> “Ordálio: prova judiciária sem combate, usada na Idade Média.” Em: Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

trabalho utilizado é do ramo têxtil. Esta experiência faz com que surjam muitas outras instituições similares na Inglaterra, denominadas de *houses of correction* ou *bridewells* e mais tarde as chamadas de *workhouse* (Bitencourt, 1993). Essa relação do trabalho com a recuperação do preso perdura até hoje no modelo prisional. Dario Melossi e Máximo Pavarini (apud Bitencourt, 1994, p. 29), colocam a respeito do trabalho na prisão que “... É na Holanda, na primeira metade do século XVII, onde a nova instituição da casa de trabalho chega, no período das origens do capitalismo, à sua forma mais desenvolvida. E que a criação dessa nova e original forma de segregação punitiva responde mais a uma exigência relacionada ao desenvolvimento geral da sociedade capitalista que à genialidade individual de algum reformador”. Há uma preocupação naquele momento em não desperdiçar mão-de-obra e ao mesmo tempo controlá-la, regulá-la conforme as necessidades de valorização do capital, buscando controlar os salários e a força de trabalho (Bitencourt, 1993), objetivando, ao fim, não tanto a reabilitação do infrator, mas a submissão, o disciplinamento do trabalhador, inclusive, buscando refletir esse efeito para quem está fora das casas de correção, fazendo com que se objetive a idéia da submissão ao trabalho e ao regime capitalista de produção. Devemos levar em conta que nesta época muitos haviam saído do campo e não estavam dispostos a se submeter a um regime de trabalho fechado nas oficinas.

É em Amsterdam, na Holanda, que se encontra o modelo mais antigo de prisão, certamente inspirador dos outros, uma casa de correção para homens chamada Rasphuis, criada em 1596, destinada inicialmente a mendigos e jovens malfeitores. Na Holanda são criadas também a *Spinhis*, que é uma casa de correção para mulheres no ano de 1597 e, em 1600, uma para jovens (Bitencourt, 1993). Essas prisões, da mesma forma que as inglesas, funcionam para as pequenas contravenções, pois para os casos mais graves ainda são utilizados o açoite, o pelourinho, o exílio. Seu funcionamento se

dá sob três grandes princípios: 1) a duração da pena depende da avaliação do comportamento dos presos pela administração; 2) o trabalho é feito em comum e remunerado e 3) a rotina diária é organizada com um horário estrito, um sistema de proibições e obrigações, uma vigilância contínua e leituras religiosas, tudo com o objetivo de atrair o bem e desviar o mal (Foucault, 1989). Aqui vemos como o surgimento do encarceramento, ainda não como uma pena em si mesma, mas como casa de correção, já traz consigo a “necessidade” de uma vigilância.

Com base nesses princípios do modelo de Rasphius, surgem outras três instituições. Primeiramente, na primeira metade do século XVIII, é construída a cadeia inglesa de Gand que tem como princípio o trabalho penal com fins econômicos, pois acredita-se que o labor, primeiramente, diminuiria os custos do Estado com os processos além de poder reconstituir o gosto pelo trabalho, sendo o preso remunerado para que tal fim se efetive. Diferentemente do modelo de Amsterdã, aqui se valoriza o isolamento, pois o trabalho solitário faria com que o preso faça um exame de consciência, funcionando como um exercício de conversão e de aprendizado. Aparece a *cela*, como “técnica do monarquismo cristão e que só subsistia em países católicos, torna-se nessa sociedade protestante o instrumento através do qual se podem reconstituir ao mesmo tempo o *homo economicus* e a consciência religiosa” (Foucault, 1989, p. 109). Há ainda a preocupação com o tempo ideal da pena, pois esta só tem sentido se houver uma utilização econômica do criminoso corrigido. Aqui aparece ainda mais forte a preocupação com a transformação do infrator, de sua alma e de seu comportamento, visando sua utilização econômica.

Nos Estados Unidos, Howard e Blackstone, por ocasião da independência do país em 1776 e conseqüente proibição das deportações em 1779, propõem um modelo penal valorizando o encarceramento individual com uma tríplice função: ser um

exemplo temível, um instrumento de conversão e uma condição de aprendizado. Com base nessas idéias constrói-se a penitenciária de Gloucester, mas o confinamento total só é exercido para os infratores considerados muito perigosos, os outros trabalham juntos durante o dia e ficam confinados à noite (Foucault, 1989).

Depois surge a prisão de Walnut Street, na Filadélfia, em 1790. Esta é constantemente retomada e reformada até as discussões de 1830 sobre a reforma penitenciária. Ela também se baseou nos modelos anteriores, utilizando o trabalho obrigatório em oficinas, a ocupação constante dos detentos, o custeio de suas despesas com esse trabalho e também uma retribuição individual dos prisioneiros para assegurar sua reinserção moral e material no mundo da economia (Foucault, 1989). O confinamento solitário é utilizado apenas para casos onde antes era dada a pena a morte. A duração da pena também está ligada ao comportamento do preso. O que diferencia Walnut Street dos padrões anteriores é a não-publicidade da pena, pois acredita-se que saber o que acontece atrás dos muros das prisões deve ser suficiente como mecanismo de exemplo e que o castigo e a correção devem ser processos que acontecem entre o prisioneiro e os vigias, sendo a transformação do indivíduo papel da administração (Foucault, 1989). Mais uma vez a preocupação com o restabelecimento do *homo economicus*, mostrando-nos que, muito mais do que o discurso da humanização, existe uma prática que reafirma a vigilância contínua sobre cada comportamento e cada atividade programada e controlada, sob um tempo determinado, com o objetivo da transformação do corpo e da “alma” do preso em um ser produtivo e dócil.

Deste modo, a prisão funciona como um aparelho de saber, pois o controle e a transformação dos indivíduos são acompanhados da formação de um saber sobre cada um e sobre todos ao mesmo tempo. Isto é possível a partir das ciências do homem e do

exercício de poder sobre este homem: sobre seu corpo e seu comportamento, utilizando técnicas de observação e registro.

É importante citar ainda uma outra forma de encarceramento do século XVIII, a qual não é uma simples imposição de cima para baixo, mas que é requerida pelas famílias, vizinhos ou párocos, para restituir a honra familiar, através da *lettres de cachet*<sup>23</sup>. As *lettres de cachet* são próprias do reinado francês e se referem a “ordens do rei” determinando o internamento ou a prisão de indivíduos com comportamentos considerados indesejáveis. Essas ordens, em muitos casos, não são emitidas diretamente pelo rei, mas por representantes do reinado e, portanto, nem chegam ao seu conhecimento. Elas são solicitadas secretamente para casos de violência conjugal, conflitos de interesses, jovens desobedientes, bebedeiras etc. Denúncias que deveriam ser submetidas a inquérito policial e apenas, para casos onde o acusado é considerado culpado, deveriam ser emitidas as *lettres de cachet*. Mas tais inquéritos acabam muitas vezes sendo um rito sumário de condenação ao invés de configurar um inquérito objetivo e confiável. Esse dispositivo foi abolido em 1790, mas substituído por outro no mesmo ano, o tribunal das famílias, que repetia a mesma forma de exercício de poder, só que de forma inversa, pois este não é mais exercido indiretamente pela família através das *lettres de cachet* e diretamente pelo poder real através da prisão, mas agora é praticado diretamente através da família que julga e condena e indiretamente através do poder executivo que prende após ordenação baixada pelo distrito (Foucault, 2000, p. 442). Aqui o internamento não visa atender à necessidade do capitalismo, mas sim a exclusão de membros indesejados da família.

---

<sup>23</sup> Ver a esse respeito: Foucault, Michel. A vida dos homens infames. In: “A Vida dos Homens Infames”, *Les cahiers du chemin*, n. 29, 15 de janeiro de 1977, p.12-29. In: Ditos e Escritos IV (2003a), p.203-223; Foucault, Michel. (2000) História da Loucura. São Paulo: Ed. Perspectiva; FARGE, Arlette. (1991) Famílias, a honra e o sigilo. In: Áries, Philippe & Duby, Georges (direção). História da Vida Privada 3 – Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia da Letras.

## 1.2 Os reformadores

No século XVIII, período das idéias iluministas, os suplícios são criticados em toda parte, seja pela população, seja pelos reformadores penais. O primeiro pensador a se manifestar publicamente contra a punição e sugerir outra forma de castigar é o italiano César Bonesana de Beccaria (1738–1794). Outro importante pensador reformista foi o italiano Francesco Carrara (1805–1888). As idéias de Beccaria e de Carrara inauguram, segundo os positivistas do Direito, a Escola Clássica do Direito Penal (Costa, 2001). Destacamos ainda como pensador significativo desta Escola Jeremias Bentham (1748–1832).

Para Beccaria a pena deve evitar a repetição da infração e servir de exemplo para outros cidadãos. Inspirado na concepção do *Contrato Social*<sup>24</sup> de Rousseau, ele escreve em 1764, em seu livro *Dos Delitos e Das Penas*<sup>25</sup>, princípios básicos para promover mudanças no sistema penal. Muitos desses servem de base para o Direito Penal moderno e foram adotados pela Declaração dos Direitos do Homem - da Revolução Francesa de 1789. São eles:

1. Os cidadãos, por viverem em sociedade, cedem apenas uma parcela de sua liberdade e direitos. Por essa razão, não se podem aplicar penas que atinjam direitos não cedidos, como acontece nos casos da pena de morte e das sanções cruéis.
2. Só as leis podem fixar as penas, não se permitindo ao juiz interpretá-las ou aplicar sanções arbitrariamente.
3. As leis devem ser conhecidas pelo povo, redigidas com clareza para que possam ser compreendidas e obedecidas por todos os cidadãos.

---

<sup>24</sup> O contrato social supõe que cada cidadão tenha aceito as leis da sociedade e que esta possa castigá-lo caso não as cumpra. Assim, o infrator torna-se um inimigo da sociedade e o direito de punir passa de uma vingança do soberano à defesa da sociedade.

<sup>25</sup> Beccaria, Cesare. (2004) *Dos Delitos e das Penas*. São Paulo: Martin Claret.

4. A prisão preventiva somente se justifica diante de prova da existência do crime e de sua autoria.
5. Devem ser admitidas em Juízo todas as provas, inclusive a palavra dos condenados (mortos civis<sup>26</sup>).
6. Não se justificam as penas de confisco, que atingem os herdeiros do condenado, e as infamantes, que recaem sobre toda a família do criminoso.
7. Não se deve permitir o testemunho secreto, a tortura para o interrogatório e os juízos de Deus, que não levam à descoberta da verdade.
8. A pena deve ser utilizada como profilaxia social, não só para intimidar o cidadão, mas também para recuperar o delinqüente.

Carrara é considerado o principal precursor da Escola Clássica. Escreve o *Programa Del corso di diritto criminale* em 1859. Os princípios básicos de Carrara e que representam a Escola Clássica são (Costa, 2001, p. 33):

1. o crime é um ente jurídico, o que significa que o crime é violação do direito, como exigência racional (e não como norma jurídica de direito positivo);
2. responsabilidade penal fundada no livre arbítrio, sendo a liberdade de querer um axioma fundamental para o sistema punitivo;
3. a pena é retribuição jurídica e restabelecimento da ordem externa violada, pelo direito;
4. método lógico abstrato no estudo do direito penal.

Assim, a Escola Clássica se fundamenta na idéia do livre arbítrio, ou seja, concebe o crime como uma escolha racional, consciente e, nesse sentido, utiliza como método a razão humana, ou seja, o método lógico-abstrato para estabelecer a verdade da

---

<sup>26</sup> “Morte civil”: refere-se à extinção da personalidade da pessoa judicialmente condenada (prisão perpétua, banimento etc), sendo certo que tal instituto não existe no ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista expressa proibição estampada no artigo 5º, XLVII, da Constituição Federal” (Lira, Júlio César Soares. Disponível em: <http://www.facape.br/juliocesar/legdir/AulaDirCivil/02.1.doc>).

infração, buscando restabelecer o pacto social. Considera o crime como “infração da lei do Estado”, não considerando atos que ferem apenas leis morais e religiosas, por isso considera o crime um ente jurídico (Neto, 1997).

O inglês Jeremias Bentham prega como principal objetivo da pena a prevenção de delitos semelhantes – prevenção geral, e, concebe como objetivo secundário a prevenção especial, ou seja, o objetivo reabilitador da pena. Para ele o castigo é um mal necessário para prevenir maiores danos à sociedade, mas considera que este não pode exceder o dano produzido pelo delito para que tenha efeito. (Bitencourt, 1993).

A grande contribuição de Bentham para o sistema penal foi na arquitetura penal com o modelo de Panóptico, que é uma construção que tem na periferia um anel dividido em celas e no centro uma torre que possui largas janelas que se abrem sobre o anel. As celas possuem duas janelas, uma para o interior, que corresponde às janelas da torre e outra para o exterior, que permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro, possibilitando a constante visibilidade e, portanto, a vigilância de quem está disposto individualmente nesse espaço, seja um condenado, um louco, um aluno, um operário ou um doente. A torre, onde a princípio há alguém que vigia, mas que pode não estar lá, pois não é visto por quem está preso, vai produzir um funcionamento automático do poder, onde a vigilância se dará independentemente daquele que a exerce (Foucault, 1989).

Foucault (1995a, p. 219)<sup>27</sup> diz que o Panóptico é uma máquina que circunscreve a todos, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce. Assim, o poder não é identificado com um indivíduo, mas é uma maquinaria onde ninguém é titular. Para Foucault (1989), o modelo panóptico não

---

<sup>27</sup> O Olho do Poder (entrevista a J. P. Barou e M. Perrot, 1977). In: Foucault, Michel (1995a). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, p. 209-227.



serviu somente para a prisão, mas para a escola, a oficina, enfim, todas as instituições de disciplina e vigilância.

Em oposição à investigação racional que influenciou o Direito Penal, surge o movimento criminológico naturalista no século XVIII, o qual prega a investigação empírica, a negação da metafísica, representando a Escola Positiva. Avanços científicos nas Ciências Naturais feitos por Galileu<sup>28</sup> (1564-1642), Lamarck<sup>29</sup> (1744-1829) e Darwin<sup>30</sup> (1809-1882), com base em novos métodos de pesquisa, são transpostos para a organização social e jurídica (Costa, 2001).

O grande representante dessa escola é o médico italiano e professor em Turim César Lombroso (1835-1909). Ele publicou em 1876 ou 1878, não se sabe ao certo, o livro intitulado *L'uomo delinquente studiato in rapporto all'antropologia, allá medicina legale e alle discipline carcerarie*. Lombroso considera o crime como uma manifestação da personalidade e decorrente de fatores sociais. Estuda o infrator sob o ponto de vista biológico. Inaugura a Antropologia Criminal e com ela a figura do criminoso nato, estudos que servem, não integralmente, mas como base para a atual Criminologia (Neto, 1997). As principais idéias de Lombroso (apud Neto, 1997, p. 60-1) são:

1. O crime é um fenômeno biológico, e não um ente jurídico, como afirmava Carrara. Por essa razão, o método que deve ser utilizado no seu estudo é o experimental, e não o lógico-dedutivo dos clássicos.

---

<sup>28</sup> Galileu foi utilizado de suporte para o Direito de forma indireta, através do livro do filósofo Carlo Cattaneo (1897) que diz que a filosofia deveria acompanhar a marcha evolutiva, abandonando as concepções abstratas e obscuras, utilizando o método de Galileu (Costa, 2001).

<sup>29</sup> Lamarck criou a primeira teoria da evolução, que defende a herança das características adquiridas e o uso e desuso de características que são ou não desenvolvidas. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lamarck>. Acesso em: 20/09/2005.

<sup>30</sup> Dos estudos de Darwin adaptou-se ao direito a lei da evolução das espécies e da seleção natural, “de modo que se aceita que os indivíduos, assim como estão sujeitos à lei da natureza, estão sujeitos também aos efeitos positivos e negativos de suas ações, devendo responder por estas últimas...” (Costa, 2001, p. 44).

2. O criminoso é um ser atávico e representa a regressão do homem ao primitivismo. É um selvagem e nasce delinqüente como outros nascem sábios ou doentios, fenômeno que, na Biologia, é chamado de degeneração.
3. O criminoso nato apresenta características físicas e morfológicas específicas, como assimetria craniana, fronte fugidia, zigomas salientes, face ampla e larga, cabelos abundantes e barba escassa etc.
4. O criminoso nato é insensível fisicamente, resistente ao traumatismo, canhoto ou ambidestro, moralmente insensível, impulsivo, vaidoso e preguiçoso.
5. A causa da degeneração que conduz ao nascimento do criminoso é a epilepsia (evidente ou larvada), que ataca os centros nervosos, deturpa o desenvolvimento do organismo e produz regressões atávicas.
6. Existe a “loucura moral”, que deixa íntegra a inteligência, suprimindo, porém, o senso moral.
7. O criminoso é, assim, um ser atávico, com fundo epilético e semelhante ao louco moral, doente antes que culpado e que deve ser tratado e não punido.

Outro grande representante da Escola Positiva, discípulo de Lombroso, foi Henrique Ferri (1856-1929), criador da Sociologia Criminal, que publicou um livro com este nome. Para ele a importância de um delito estava no trinômio: fatores antropológicos, sociais e físicos. Além de aceitar a categoria de criminoso nato, proposta por Lombroso, propôs mais quatro classificações: louco (portador de doença mental), habitual (produto do meio social), ocasional (indivíduo sem firmeza de caráter e versátil na prática do crime) e o passional (homem honesto, mas de temperamento nervoso e sensibilidade exagerada). Outro pensador da Escola Positiva foi o italiano Rafael Garófalo (1851) que, em seu livro Criminologia, estuda o delito, o delinqüente e

a pena, sendo o primeiro a utilizar o termo Criminologia para as ciências penais (Neto, 1997).

Na Escola Positiva a responsabilidade penal não está mais baseada no livre arbítrio, mas sim no determinismo biológico e social. Em outras palavras, passa-se do infrator que escolheu cometer um crime ao delinqüente, que cometeu-o por problemas constitutivos de sua genética, muitas vezes estimulado pelas condições sociais.

O método passa de racional a empírico, pois as razões de um crime aqui têm explicações e tratamentos científicos. E o tratamento, ou seja, a pena, não é dada pela gravidade do crime, mas sim, pelo grau de inadaptabilidade social, visando assim, a defesa social através da readaptação ou até da eliminação (Costa, 2001).

Assim, a partir do século XVIII, o objetivo principal dos reformadores é extinguir o suplício enquanto uma vingança imposta pelo soberano e trazer para o direito a ação de julgar, buscando formas menos violentas e mais regulares de fazê-lo, ajustando a relação crime-pena. Segundo Foucault (1989), o homem para os reformadores é um homem medida do poder. E é nesse sentido que aparece a preocupação da “humanização” das penas para os reformadores; conforme Foucault (1989, p. 84), “humanidade é o nome respeitoso dado a essa economia e a seus cálculos minuciosos”.

Como já vimos anteriormente, antes de uma mudança nas leis, houve já uma suavização dos crimes, o que se deve às mudanças econômicas, principalmente do século XVIII. Assim, “o que se vai definindo não é tanto um respeito novo pela humanidade dos condenados – os suplícios ainda são freqüentes, mesmo para os crimes leves – quanto uma tendência para uma justiça mais desembaraçada e mais inteligente para uma vigilância mais atenta ao corpo social” (Foucault, 1989, p. 73).

Segundo Foucault (1989, p. 81), “a reforma penal nasceu no ponto de junção entre a luta contra o superpoder do soberano e a luta contra o infrapoder das ilegalidades conquistadas e toleradas”, ou seja, surgiu ao mesmo tempo como teoria penal e como estratégia do poder de punir, sendo que seu sucesso se deu principalmente porque foi o segundo objetivo que ocupou por muito tempo o lugar principal (Foucault, 1989). Assim, a busca da supressão das ilegalidades populares durante o período da Revolução Francesa, depois no Império e durante todo o século XIX é o que possibilitou a reforma a passar de projeto à prática. Nesse sentido, um sistema penal deve ser visto como “um instrumento para gerir diferencialmente as ilegalidades, não para suprimi-las a todas” (Foucault, 1989, p. 82).

A nova teoria jurídica penal engloba uma nova economia política do poder de punir. Conforme Foucault (1989, p. 75), a reforma é preparada dentro do aparato judiciário por um grande número de magistrados, apesar de não ser a maioria, e os seus principais ideais reformadores são: ter o poder de julgar sobre o qual não pese o exercício imediato do príncipe; que esse seja independente da pretensão de legislar; que não tivesse ligação com as relações de propriedade e que tendo apenas as funções de julgar, possa exercer plenamente esse poder.

Para tornar possível essa nova tecnologia de castigar e seus efeitos são necessárias novas técnicas, novos princípios e, nesse sentido, o que serve de base para a formulação dessa nova estratégia é a teoria do contrato social. Foucault (1989) chama a atenção para este fato, pois, mais uma vez o poder volta como um superpoder, agora de toda a sociedade e, portanto, é preciso moderação ao poder de castigar. Conforme Foucault (1989, p. 84), “o princípio da moderação das penas, mesmo quando se trata do inimigo do corpo social, se articula em primeiro lugar como um discurso do coração”. E a moderação deve se dar em relação aos efeitos do retorno da pena sobre a instância que

castiga e sobre o poder que ela vai exercer, em suma, é necessário o controle dos efeitos do poder.

O castigo, para os reformadores, é útil na medida em que tem como objetivo as conseqüências do crime, ou seja, deve servir de exemplo para não haver mais desejo de outrem praticar semelhante ação. Para Foucault (1989), há um deslocamento na mecânica do exemplo, pois na penalidade do suplício o exemplo é a réplica do crime e, na penalidade calculada por seus efeitos, o exemplo deve referir-se ao crime da forma mais discreta possível, com o máximo de economia – “o exemplo não é mais um ritual que se manifesta, é um sinal que cria obstáculo (Foucault, 1989, p. 86).

Segundo Foucault (1989, p. 86-9) a semiótica que serve de base para o poder de castigar tem como base algumas regras importantes:

- 1) *Regra da quantidade mínima:* a idéia do crime deve estar ligada a de uma desvantagem maior para não ser desejável, assim, o interesse em evitar o crime deve ser maior do que o de arriscá-lo.
- 2) *Regra de idealidade suficiente:* o castigo deve fazer o papel de Representação. O que ocasiona a pena não é a sensação de sofrimento, mas a idéia de dor, desprazer, inconveniente. “É a representação da pena que deve ser maximizada, e não sua realidade corpórea” (Foucault, 1989, p. 86).
- 3) *Regra dos efeitos laterais:* A pena deve ter efeitos mais intensos em quem não cometeu o crime. Nesse sentido, Beccaria propõe a escravidão perpétua em vez da pena de morte, pois a representação seria mais assustadora do que a própria morte.
- 4) *Regra da certeza perfeita:* a idéia de cada crime e de suas vantagens deve estar associada à idéia de um determinado castigo e suas desvantagens precisas. Esse elemento da certeza implica um certo número de medidas precisas: leis claras dos crimes e das penas; que estas sejam publicadas para que todos tenham acesso; que seja

elaborada uma legislação escrita que legitime o pacto social; que o monarca renuncie a seu direito de misericórdia para que não haja esperança de intervenção e, principalmente, que nenhum crime escape ao olhar dos que fazem justiça. E com a preocupação de não ser mais severo do que no antigo regime, surge a idéia de que o instrumento de justiça deve ser acompanhado e complementado por um órgão de *vigilância* que permita impedir os crimes, ou, caso cometidos, prender seus atores, assim, “a polícia assegurando ‘a ação da sociedade sobre cada indivíduo’, a justiça, ‘os direitos dos indivíduos contra a sociedade’” (Vilan XIV, apud Foucault, 1989, p. 89).

5) *Regra da verdade comum*: a verificação do crime deve obedecer a critérios gerais de qualquer verdade, ou seja, o acusado é inocente até ser provado o contrário e o juiz deve utilizar, em vez de formas rituais como no período feudal, instrumentos comuns, pesquisa empírica<sup>31</sup>, ou seja, um “regime complexo em que se misturam para formar a ‘íntima convicção’ do juiz elementos heterogêneos de demonstração científica, de evidências sensíveis e de senso comum (...) O ritual judiciário não é mais em si mesmo formador de uma verdade partilhada” (...) e “o senhor da justiça não é mais senhor da verdade” (Foucault, 1989, p. 89).

6) *Regra da especificação ideal*: a semiotécnica penal precisa cobrir todo o campo das ilegalidades. Para isto precisa que as infrações sejam classificadas, qualificadas e reunidas em espécies, de forma que não deixem escapar nenhuma ilegalidade. É necessário, portanto, um código para definir as leis e fixar as respectivas penas. Mas os reformadores pensam que um mesmo castigo não tem a mesma função para todos, como por exemplo, a multa não vai ter o mesmo efeito para o rico nem a infâmia para quem já está exposto. Isto fez com que surgisse uma “classificação paralela dos crimes e dos castigos e a necessidade de uma individualização das penas, em conformidade com as

---

<sup>31</sup> Foucault certamente está se referindo à Escola Positiva.

características individuais de cada criminoso, (...) A individualização aparece como objetivo derradeiro de um código bem adaptado” (Foucault, 1989, p. 90). Assim, no final do século XVIII, procura-se a ligação código-individualização, com base nos modelos científicos da época, ou seja, na história natural<sup>32</sup>, através do esquema da taxinomia das espécies segundo uma gradação ininterrupta. Propôs-se fazer uma tabela de todos os gêneros de crimes de uma determinada região, a qual deve ser correlata uma outra feita para as penas. (Foucault, 1989).

Mas há a preocupação de como aplicar leis fixas a indivíduos singulares. Nesta época está se constituindo, ainda rudimentarmente, formas de individualização antropológica. Primeiramente com a noção de reincidência, enquanto uma qualificação do delinqüente, ou seja, “uma certa vontade que manifesta seu caráter intrinsecamente criminoso” (Foucault, 1989, p. 91). E, à medida que no lugar do crime a criminalidade se torna objeto da intervenção penal, a reincidência torna-se mais importante. Forma-se neste contexto também a noção de crime passional, referente ao crime involuntário, irrefletido, ligado à circunstâncias inusitadas, para o qual não serve como razão nem a loucura e nem a idéia de crime habitual (Foucault, 1989).

A “humanização” das penas exige, de um lado, ser uma economia do poder de castigo e, de outro, o deslocamento do ponto de aplicação desse poder, em vez do corpo, “o espírito ou antes um jogo de representações e de sinais que circulem discretamente mas com a necessidade e evidência no espírito de todos. Não mais o corpo, mas a alma, dizia Mably” (Foucault, 1989, p. 91).

Assim, como diz Foucault (1989), a arte de punir deve repousar sobre uma tecnologia da representação. Neste sentido, para encontrar o castigo ideal, é preciso “estabelecer um jogo de sinais-obstáculos que possam submeter o movimento das forças

---

<sup>32</sup> A Escola Positiva buscou nas ciências naturais explicações para as causas dos crimes.

a uma relação de poder” (Foucault, 1989, p. 94). Mas para que funcionem estes sinais-obstáculos (Foucault, 1989, p. 94-100), estes precisam obedecer a certas condições:

- 1) *Ser tão pouco arbitrários quanto possível.* Apesar de cada sociedade definir o que deve ser considerado crime, para que a pena funcione como sinal-obstáculo, a relação crime-pena deve parecer natural, ou seja, a idéia de crime deve levar imediatamente à idéia da pena correspondente. E, vendo a pena como natural, esta não vai ter o efeito negativo de um poder humano, aliás, o poder que pune fica obscuro.

Segundo Foucault (1989), os reformadores apresentaram diversas penas naturais por instituição, as quais retomam em sua forma o conteúdo do crime, como na proposta de Vermeil (apud Foucault, 1989, p. 95), onde quem abusa da liberdade deve ser privado de sua; se abusar das vantagens da lei e dos privilégios das funções públicas, deve perder os direitos civis; se roubar, seus bens devem ser confiscados, se assassinar deve ser castigado com a morte e assim por diante. Mas, apesar de estes castigos lembrar os suplícios do Antigo Regime, o mecanismo de castigar é bem diverso, pois “não se opõem mais o atroz ao atroz numa justa de poder; não é mais a simetria da vingança, é a transparência do sinal ao que ela significa” (Foucault, 1989, p. 95). Assim, a punição deve parecer uma consequência natural do crime e o poder de castigar uma necessidade da natureza.

- 2) *Esse jogo de sinais deve corresponder à mecânica das forças.* A pena deve ser uma força que corresponde ao motivo que levou ao crime e que faça com que no ator do ato criminoso seja reanimado um interesse “útil e virtuoso” (Foucault, 1989, p. 95), como por exemplo, combater a preguiça com trabalho, combater o roubo, a calúnia, o seqüestro, a morte - retirando do “malfeitor” a disposição de seus



bens, sua honra, seu tempo, seu corpo, para que esse os respeite nos outros. Dessa forma, (Foucault, 1989, p. 96) “a pena que forma sinais estáveis e facilmente legíveis deve assim recompor a economia dos interesses e a dinâmica das paixões”.

- 3) *Utilidade de uma modulação temporal.* A pena deve ter um termo para ser válida, pois de nada adianta o criminoso voltar a ser virtuoso se ele não puder aproveitar esta condição, além do investimento da sociedade que seria perdido. De outro lado, para os constituintes, conforme o Código de 1791 (Foucault, 1989), apenas para os traidores e para os assassinos a pena seria a de morte, pois para estes não teria como reeducá-los. A duração da pena deve estar ligada à sua economia, ou seja, deve permitir a ação do castigo.
- 4) *Pelo lado do condenado, a pena é uma mecânica dos sinais, dos interesses e da duração.* Não é apenas o culpado o alvo do castigo, ele o é enquanto sinal-obstáculo para todos os possíveis infratores. E o objetivo é que esses sinais-obstáculos circulem e sejam aceitos amplamente, que se tornem um discurso comum, a partir do qual todos temem o crime.
- 5) *Dai resulta uma sábia economia da publicidade.* No suplício corporal, o terror é divulgado através do medo físico e do pavor coletivo que causa, devendo ficar gravado na memória dos espectadores, da mesma forma como marca o corpo do sentenciado. Aqui, o exemplo passa a ser “a lição, o discurso, o sinal decifrável, a encenação e a exposição da moralidade pública” (Foucault, 1989, p. 99). O homem torna-se elemento de instrução, através da exposição pública imediata ao ter

praticado um crime ou das visitas públicas, inclusive de crianças, aos lugares onde ficam os “criminosos”. O que sustenta a cerimônia do castigo não é mais o ritual de vingança, mas a reativação do Código que deve fazer a ligação imediata no ato do crime da idéia crime-pena com a realidade.

- 6) *Então se poderá inverter na sociedade o tradicional discurso do crime.* Nesse novo cenário, em vez da literatura que torna o criminoso um herói, propagam-se no discurso cotidiano os sinais-obstáculos para impedir o crime através do medo do castigo. E o discurso propagado e aceito torna-se o veículo da lei.

Na época feudal, faz parte do rito de execução o “discurso do cadafalso”, onde do condenado se espera o reconhecimento de sua culpa, através do cartaz que é obrigado a levar com a descrição da infração ou das declarações que deve fazer. Estas afirmações são muitas vezes publicadas em folhetins durante o julgamento ou postumamente para fundamentar a verdade da justiça e para desacreditar novas ações contrárias às leis da época. Mas essa literatura tem efeito contrário ao esperado, pois o condenado se torna herói pela glorificação de seus crimes ou até pelo seu arrependimento tardio. Isto faz com que os reformadores peçam a suspensão dessas publicações (Foucault, 1989).

Esses folhetins perdem sua importância na medida em que se modifica a função política da ilegalidade popular no Novo Regime e desaparecem com o surgimento de um outro tipo de literatura onde o crime é glorificado com uma “bela-arte”, considerado como obra de pessoas excepcionais, sendo a perversidade valorizada como ação dos fortes e poderosos, em outras palavras, é a “apropriação da criminalidade sob formas aceitáveis” (Foucault, 1989, p. 61)

Assim, passou-se da exposição e da confissão dos suplícios à fase do inquérito, do confronto físico à busca intelectual entre o criminoso e o inquisidor. Junto com o desaparecimento dos folhetins desaparece a glória do malfeitor - o homem do povo se torna simples demais para ser o protagonista do suplício e da literatura. Agora a literatura policial transpõe sua atenção para os grandes assassinos, considerados inteligentes, e os grandes assassinatos se tornam o “jogo silencioso dos sábios” (Foucault, 1989, p. 61).

Nesse período (século XVIII), a prisão como castigo é utilizada apenas para delitos específicos que “atentam à liberdade (como o rapto) ou que resultam do abuso da liberdade (a desordem, a violência). É prevista também como condição para que possam executar certas penas (o trabalho forçado, por exemplo)” (Foucault, 1989, p. 102).

A reclusão é explicitamente criticada por muitos reformadores porque a consideram:

- incapaz de responder à especificidade dos crimes;
  - desprovida de efeito sobre o público;
  - inútil à sociedade, até nociva: é cara, mantém os condenados na ociosidade e multiplica-lhes os vícios e
- é difícil controlar seu cumprimento, pois se corre o risco de expor os detentos aos maus tratos dos guardiões.

Para os reformadores (Foucault, 1989, p. 102), “a prisão em seu todo é incompatível com toda essa técnica da pena-efeito, da pena-representação, da pena-função geral, da pena-sinal e discurso. Ela é a escuridão, a violência e a suspeita”. Mas, apesar das críticas, ela tornou-se em bem pouco tempo a principal pena. Percebeu-se que muitas formas de castigo já utilizavam a reclusão, como o trabalho forçado, mesmo

que fosse ao ar livre. No Código Penal de 1810, na França, a pena de detenção já ocupa a maior parte dos castigos (Foucault, 1989, p. 102).

O Império francês transcreve o encarceramento pedido pela lei para uma realidade administrativa e geográfica, “associada a cada justiça de paz, delegacia municipal; em cada distrito, prisões; em todos os departamentos, uma casa de correção; no cume, várias casas centrais para os condenados criminosos ou os correcionais que são condenados a mais de um ano; enfim, em alguns portos, prisão com trabalhos forçados” (Foucault, 1989, p. 103). Constrói-se toda uma arquitetura fechada, hierarquizada e integrada ao aparelho estatal. A prisão vista até então como uma arbitrariedade, como um ilegalismo, ligada ao poder do soberano, torna-se de repente a forma mais comum de castigo.

Segundo Foucault, “uma materialidade totalmente diferente, uma física do poder totalmente diferente, uma maneira de investir o corpo do homem totalmente diferente” (1989, p. 103). Em outras palavras, uma nova forma de objetivação do homem.

Entre os modelos de prisão flamengo, inglês e americano e os castigos imaginados pelos reformadores, Foucault (1989, p. 112-113) demonstra pontos convergentes e disparidades. Alguns pontos de convergência:

- 1) Retorno temporal da punição: os reformatórios são dispositivos voltados para o futuro e organizados para bloquear a repetição do delito.
- 2) Portanto, não se castiga para apagar um crime, mas para transformar um culpado (atual ou virtual).
- 3) E tanto os modelos anglo-saxões como os dos reformadores, “utilizam processos para singularizar a pena: em sua duração, sua

natureza, sua intensidade, na maneira como se desenrola, o castigo deve ser ajustado ao caráter individual, e ao que este comporta de perigo para os outros” (Foucault, 1989, p. 113).

A disparidade (Foucault, 1989) está na forma de definir as técnicas dessa correção individualizante, no procedimento de acesso do poder em castigar o indivíduo, nos instrumentos utilizados para realizar essa transformação, ou seja, na tecnologia da pena e não na sua teoria.

Para os reformadores, o instrumento sobre o qual se age sobre as representações (emparelhamentos crime-punição, vantagem imaginada x crime-desvantagem) só funciona enquanto publicidade dessas representações. Segundo Foucault (1989, p. 113), “o papel do criminoso na punição é reintroduzir, diante do código e dos crimes, a presença real do significado – ou seja, dessa pena que, segundo os termos do código, deve estar infalivelmente associada à infração”. A correção do indivíduo deve requalificá-lo como sujeito do direito, através do “reforço dos sistemas de sinais e das representações que fazer circular” (Foucault, 1989, p. 114).

Já para o aparelho da penalidade corretiva, o ponto de aplicação não é a representação, “é o corpo, é o tempo, são os gestos e as atividades de todos os dias; a alma, também, mas na medida em que é sede de hábitos” (Foucault, 1989, p. 114). Os instrumentos utilizados agora não são mais jogos de representação que são reforçados e feitos circular, mas são formas de coerção, esquemas de limitação aplicados e repetidos. São “exercícios, e não sinais: horários, distribuição de tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, meditação solitária, trabalho em comum, silêncio, aplicação, respeito, bons hábitos” (Foucault, 1989, p. 114), em vez do sujeito de direito - do pacto social – busca-se agora o sujeito obediente. Portanto, duas formas diferentes de exercer o poder de castigar: uma que busca reestabelecer o sujeito jurídico do pacto social e

outra que busca formar um indivíduo dócil ao poder de castigar e de ser transformado, um ser disciplinado.

Essa nova forma de castigar – encarceramento - traz consigo duas conseqüências, o segredo e a autonomia no exercício do poder de punir, que não coincidem em nada com os ideais reformadores que propunham, de um lado, fazer com que todos os cidadãos participassem do castigo do inimigo social e, de outro, que o poder de castigar fosse transparente através das leis que o delimitam (Foucault, 1989).

De acordo com Foucault (1989) chega-se ao final do século XVIII com três maneiras de organizar o poder de castigar:

- Monárquico: a punição é um cerimonial de soberania, a qual representa a marca do inimigo vencido.

- Projeto dos juristas reformadores: a pena é um processo para requalificar os indivíduos como sujeitos do direito. Utiliza sinais que servem de representação e que devem circular rapidamente pela cena do castigo e ser aceita universalmente.

- Projeto da instituição carcerária: o castigo é uma técnica de coerção dos indivíduos.

Apesar dessas três formas de castigar presentes no século XVIII, há uma que vai prevalecer na modernidade: a prisão.

Bitencourt (1993, p. 34) cita algumas causas importantes que levaram ao surgimento da prisão como pena:

- a) a partir do século XVI começa-se a valorizar mais a liberdade<sup>33</sup> e se impõe progressivamente o racionalismo. Até o século XVII, o crime só é reconhecido se for exposto publicamente, passando pela confissão.

---

<sup>33</sup> Com a valorização da liberdade, a sua privação torna-se mais importante.

- b) Surge a má consciência, com intuito de substituir a publicidade dos castigos pela vergonha, pois a publicidade pode ter efeito contrário ao esperado e contagiar pelo mau feito.
- c) As mudanças sócio-econômicas na passagem da Idade Média para a Moderna, ou melhor, nos séculos XV, XVI e XVII, que levaram ao aumento da pobreza e da criminalidade, para a qual a pena de morte já não funcionava mais como controle social. Assim, na segunda metade do século XVIII a pena privativa de liberdade se mostra mais eficiente para o controle dos indivíduos.
- d) A razão econômica foi muito importante na definição da pena privativa de liberdade, pois o trabalho exerce aí uma função primordial de adaptação ao modelo de produção vigente<sup>34</sup>.

É claro que todas essas mudanças sócio-econômicas influenciaram o surgimento da pena privativa de liberdade – a prisão – como a mais utilizada na modernidade, mesmo não sendo o projeto dos reformadores. E, apesar de estes aspectos levantados por Bitencourt estarem de acordo com o que Foucault (1989) também aponta, este vai assinalar mais um, certamente o principal, o qual possibilitou o surgimento e a permanência da pena de prisão: a descoberta da Disciplina.

### **1.3 Uma nova forma de poder: a Disciplina**

O século XVIII, período clássico<sup>35</sup>, descobre o corpo como objeto e instrumento do poder. Isto é possível, segundo Foucault (1989), graças ao surgimento

---

<sup>34</sup> Bitencourt baseia este item na obra História da Loucura de Michel Foucault. Mas Foucault aponta outro aspecto importante em sua obra História da Loucura (2000), mostrando que houve um movimento de desencarceramento da população presa, com exceção dos considerados loucos, para atender a demanda de mão de obra nas fábricas.

da Disciplina, pois ela torna o corpo dócil e útil ao mesmo tempo. Não que não houvesse interesse anterior na docilidade e utilidade dos corpos, mas neste momento se inaugura uma nova tecnologia de acesso ao corpo, a qual se utiliza de algumas técnicas que Foucault (1989) classifica em:

1ª) Escala do controle: Trabalha o corpo detalhadamente, em vez de cuidar dos corpos em massa; exerce sobre ele uma coerção constante; torna seu funcionamento mecânico, através do controle de seus movimentos, gestos, atitudes e velocidade.

2ª) Objeto do controle: A coação se faz sobre o exercício, através da economia e da eficácia dos movimentos. Exercício para Foucault é uma “técnica pela qual se impõe aos corpos tarefas ao mesmo tempo repetitivas e diferentes, mas sempre graduadas (Foucault, 1989, p. 145).

3ª) A modalidade: a coerção constante se preocupa mais com os processos do que com os resultados e é exercida através do esquadrinhamento máximo do tempo, do espaço e dos movimentos.

É a essas técnicas que Foucault chama de Disciplinas, são elas “que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 1989, p. 126).

Para Foucault as disciplinas se tornam, durante os séculos XVII e XVIII, fórmulas gerais de dominação, seja nos conventos, nos exércitos ou nas oficinas. Isto possibilitou que se chegasse ao século XIX com a constituição da sociedade disciplinar, com as disciplinas organizando o funcionamento das mais diversas instituições, sejam familiares, escolares, laborais etc, tornando os corpos dóceis politicamente e úteis economicamente para o bom funcionamento da sociedade. E isto tudo sem que haja um titular desse poder, pois as disciplinas têm como finalidade que cada um tenha um

---

<sup>35</sup> Foucault denomina, em suas obras, de período clássico os séculos XVII e XVIII.



domínio maior sobre seu próprio corpo, seus gestos, seus comportamentos e porque não, sobre seus pensamentos, claro que dentro de uma certa visão de utilidade e docilidade, dentro de uma submissão positiva/produtora.

No período clássico, o corpo passa a fazer parte de uma

“maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica de poder’, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (Foucault, 1989, p. 127).

E isto se dá através de uma microfísica do poder, ou seja, através de técnicas minuciosas, que vão ganhando espaços desde o século XVII e que vão permitir o nascimento do homem moderno no século XVIII. E, neste contexto, vão também possibilitar a mudança do modelo punitivo para o penal no final de século XVIII e início do XIX.

Mas, para que o corpo obtenha seu próprio domínio, a disciplina precisa inicialmente distribuir os indivíduos no espaço e para isto utiliza algumas técnicas (Foucault, 1989, p. 130-4):

- 1) Cerca: diz respeito a um lugar heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Houve os grandes encarceramentos dos vagabundos e dos miseráveis, mas houve outros menores como os dos colégios, onde os internamentos tornaram-se freqüentes; dos quartéis, pois aparece a necessidade de fixar os exércitos que viviam em conflito com os habitantes e as autoridades civis e o encarceramento nos quartéis veio a contribuir com o controle das pilhagens e da violência feitas por eles, além da economia nas despesas. Da mesma forma

criam-se espaços específicos para as indústrias, onde aparece o guarda que controla a entrada e a saída dos operários, assim como os materiais, as ferramentas de trabalho.

- 2) Quadriculamento: Além da cerca, quer se controlar cada indivíduo particularmente, por isso a necessidade do *quadriculamento* ou da *localização imediata*. É a organização do espaço disciplinar para decompor as multiplicidades a fim de que possam ser analisadas individualmente, seja para produzir, para servir de exemplo, para penitência. No sistema prisional temos o projeto do encarceramento individualizado que mostra esta realidade.
- 3) Localizações funcionais: a distribuição de espaços nas instituições disciplinares, além de ter como objetivo a vigilância, vai também buscar tornar este lugar útil, como no caso dos hospitais onde antes o controle se dava mais sobre as coisas do que sobre as pessoas, por exemplo, controlava-se o armazenamento e o registro dos remédios e só mais tarde passou-se ao controle dos doentes e de sua identidade. E mais tarde ainda, são regulamentadas as idas e vindas dos doentes, a obrigação de ficar em quartos, com o nome em seu leito. É nesse momento histórico que surge o prontuário médico e a disciplina torna-se útil do ponto de vista médico (Foucault, 1989). Em outras palavras, aparece a relação poder/saber. Nas fábricas, que aparecem no final do século XVIII, o quadriculamento individualizante é ainda mais complicado, pois é preciso ajustar a distribuição dos indivíduos, a distribuição espacial do aparelho de produção e de suas diversas atividades. É aí que a fábrica passa a ser dividida em setores e em cada um deles a força de trabalho, podendo-se analisá-la individualmente.

- 4) Fila: A unidade é representada por uma posição na *fila*, ou seja, o lugar ocupado por um indivíduo em uma classificação, fazendo parte de uma rede de relações de poder. Um grande exemplo de fila, citado por Foucault, é a organização dos colégios no século XVIII, onde os alunos passam a ter seu lugar determinado nas filas das carteiras, nos corredores, no pátio, conforme seu desempenho, sua tarefa, podendo variar de lugar de período em período (mês em mês, semana em semana, ano a ano).

Com essas técnicas de distribuição, as disciplinas possibilitam que cada indivíduo, apesar de fazer parte de uma coletividade, possa ser encontrado e analisado individualmente. Foucault chama a esta organização das multiplicidades de ***quadros vivos*** (Foucault, 1989, p. 135).

Neste novo cenário, o corpo, mesmo perpassado pelas mínimas operações dos controles disciplinares é um corpo natural, tem um funcionamento orgânico, que, a princípio, se opõe ao poder disciplinar, mas deve ser disciplinado para que as atividades sejam exercidas com eficiência. Por isto, este corpo que é alvo de mecanismos de poder torna-se também alvo de novas formas de saber (Foucault, 1989, p. 140-1).

Foucault diz que a disciplina fabrica indivíduos, os quais são ao mesmo tempo objetos e instrumentos do seu exercício de poder. Um poder modesto, sutil, que aparece nas pequenas coisas, mas é permanente. E este poder foi aos poucos invadindo os grandes aparelhos e impondo-lhes o seu funcionamento, como aconteceu no sistema judiciário, por exemplo. E o sucesso do poder disciplinar se deve a instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e a combinação desses num terceiro procedimento: o exame (Foucault, 1989, p. 153).

- 1) Vigilância hierárquica: A disciplina exige um dispositivo de visibilidade, onde o olhar, enquanto sinal, o que quer dizer que não precisa necessariamente da

presença de um vigilante, basta como técnica para sujeitar os indivíduos. Isto exige uma mudança na arquitetura que não se satisfaz mais pela estética exterior das construções, mas que agora precisa controlar o seu interior, dar conta de transformar os indivíduos: “agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los” (Foucault, 1989, p. 154). O poder na vigilância hierarquizada funciona como uma máquina, ele não está nas mãos de um titular, mas perpassa a todos, “a disciplina faz ‘funcionar’ um poder relacional que se sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados” (Foucault, 1989, p. 158-9).

- 2) Sanção normalizadora: Em todos os sistemas disciplinares funciona uma justiça paralela ou uma infra-penalidade que julga e sanciona uma série de comportamentos cotidianos que a justiça formal não cobre. É o que acontece na nossa justiça até hoje onde, de um lado, o judiciário julga e condena à prisão e, de outro, o penitenciário, com seus múltiplos e constantes julgamentos e sanções que não mais dizem respeito à pena dada pelo juiz, têm por objetivo normalizar, adequar, transformar. Assim, as escolas, as oficinas, as relações familiares, as prisões, enfim, todos os espaços disciplinares tornam-se pequenos tribunais. O castigo disciplinar visa sempre à correção e utiliza-se geralmente do exercício, principalmente através da repetição, como por exemplo, quando o aluno deve repetir a lição, ou, pensando no sistema penal atual, quando o preso deixa de ter direito à liberdade provisória ou a receber visita no final de semana, onde direta ou indiretamente está prolongando-se sua pena. Foucault diz que o castigo na disciplina é um elemento de um sistema duplo, ou seja, *gratificação-sanção*” (Foucault, 1989, p. 161). Assim, dever-se-ia buscar a gratificação em vez do

castigo. Mas este emparelhamento só é possível com uma qualificação do que é certo ou errado, bem ou mal, ou seja, uma avaliação hierárquica e contábil dos comportamentos, o que permite o conhecimento individualizado.

Foucault afirma que a penalidade moderna não se deve à superposição das ciências humanas e à racionalidade e o humanismo que estas trouxeram consigo, mas que esta formou-se graças às infrapenalidades que normalizam, que passaram das microrelações para as grandes instituições disciplinares, como é o caso da justiça penal. Assim, “aparece, através das disciplinas, o poder da Norma” (Foucault, 1989, p. 164). E podemos acrescentar aí a possibilidade que o judiciário tem em individualizar as penas, pois a norma tem como regra a homogeneidade e com isto é possível avaliar e graduar tudo o que foge à regra.

3) Exame: O exame é o mecanismo que no século XVIII combina as técnicas hierárquicas da vigilância e as das sanções que normalizam. É através dele que os indivíduos são classificados e sancionados. O exame vai permitir a ligação entre a formação de um saber e um certo exercício de poder. Faz com que o poder se torne invisível e que os indivíduos submetidos a ele tornem-se visíveis. E é o fato de estarem sempre visíveis para o poder que os torna indivíduos disciplinares. O exame funciona como cerimônia da objetivação dos indivíduos, ao inverso da cerimônia do poder soberano no período feudal, onde o poder é exercido diretamente sobre os súditos, aqui o poder é sutil, anônimo, mas funcional, no qual aparecem antes os efeitos de docilidade e utilidade do que o executor de um poder (Foucault, 1989).

O exame, através da vigilância, obtém informações sobre o indivíduo, mas que por si só não se mantém, por isto exige que a individualidade entre num campo de registro, onde os dados obtidos são registrados e arquivados para que fiquem acessíveis

ao poder. Assim, torna-se mais fácil encontrar, classificar e normalizar os indivíduos dentro de uma coletividade, pois cada indivíduo se torna um caso particular.

Foucault (1989, p. 170) afirma que os registros individuais, os mecanismos de exame, a formação dos dispositivos de disciplina e a formação de um novo tipo de poder sobre os corpos é que possibilitaram que o indivíduo entrasse para as ciências, ou melhor, permitiu o nascimento das ciências humanas, onde localizam-se entre outras a psicologia e o direito, com toda sua fundamentação sobre o indivíduo (normal x anormal, certo x errado...).

#### **1.4 Disciplina e Prisão**

Com a invenção da disciplina, o corpo deixa de ser o alvo do castigo e passa a ser instrumento deste. O poder não incide mais apenas sobre o corpo ou o crime cometido, mas se julgam também “as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos do meio ambiente ou de hereditariedade” (Foucault, 1989, p.21). Estes aspectos são considerados como atenuantes ou agravantes do crime e vão determinar até que ponto o réu estava sob razão ou não no momento da transgressão da lei. De fato, o que se julga é essencialmente o que está por trás da causa do crime e não o ato criminoso em si.

Essa mudança de objeto da aplicação da pena está diretamente ligada à invenção das ciências humanas e do seu correlato, o sujeito, que se efetivou no século XVIII, graças aos mecanismos disciplinares. O indivíduo surge como objeto de saber e sujeito conhecedor. Esse novo quadro possibilitou que se instaurassem as idéias de criminalidade como o objeto da intervenção penal em vez do crime, de reincidência como uma qualificação do delinquente e de crime passional como um ato cometido por

alguém que não oferece perigo por ter agido motivado por paixão, o que o incapacita de tomar decisões racionais ou conscientes (Foucault, 1989).

No século XIX, esse homem, sujeito da modernidade, “descoberto no criminoso se tornará no o alvo da intervenção penal, o objeto que ela pretende corrigir e transformar, o domínio de uma série de ciências e de práticas estranhas – ‘penitenciárias’, ‘criminológicas’” (Foucault, 1989, p. 70).

A construção da verdade de um crime não se encontra mais apenas determinando o autor e aplicando-lhe uma sanção legal como acontece na Idade Média. A modernidade engloba um complexo científico-jurídico, onde o juiz não julga mais sozinho, mas onde uma justiça paralela se multiplica em torno do julgamento principal, através dos peritos psiquiátricos ou psicológicos, os magistrados das aplicações das penas, educadores e funcionários da administração penitenciária, que participam indiretamente do julgamento, antes ou depois desse.

Nessa nova forma de exercício de poder dos séculos XVIII e XIX dá-se um deslocamento do ponto de aplicação dos castigos, e, através desse deslocamento, surge um campo de novos objetos, uma mudança no regime de verdade e novos papéis no exercício da justiça criminal. Enfim, “um saber, técnicas, discursos científicos se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir” (Foucault, 1989, p. 26).

Segundo Foucault (1989), na sociedade moderna os sistemas corretivos são recolocados em uma certa economia política do corpo, pois, mesmo que não utilizem mais castigos violentos, é sempre do corpo que se trata. Assim, o corpo está mergulhado em um campo político, onde as relações de poder investem esse corpo, visando sua utilização econômica. De um lado, o corpo, enquanto força de produção é investido por relações de poder e dominação e, de outro, sua constituição como força de trabalho só é possível se ele estiver preso a um sistema de sujeição. Portanto, o corpo só é força útil

se for ao mesmo tempo produtivo e submisso. Essa sujeição pode ser obtida de forma direta, calculada, organizada, tecnicamente pensada, sutil. Constitui-se, assim, um sujeito disciplinado, através de uma tecnologia política do corpo, ou seja, de um saber sobre o corpo e um controle de suas forças.

Mas essa tecnologia não é localizável em uma instituição ou no aparelho do Estado, apesar de estes recorrerem a ela. Diz respeito a uma microfísica do poder que se coloca entre o funcionamento das instituições e os corpos com sua materialidade e suas forças. O poder exercido na tecnologia política do corpo se dá na forma de estratégia e seus efeitos de dominação são atribuídos “a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos” (Foucault, 1989, p. 29) que buscam a sujeição do corpo.

Não se pode pensar o poder separado do saber, mas sim, como sendo imbricados um no outro: não há relação de poder dissociada de um campo de saber e nem vice-versa.

Segundo Foucault, o poder não é privilégio da classe dominante, mas,

o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder, por outro lado, não se aplica simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que ‘não têm’; ele os investe, passa por eles e através deles; apóia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apóiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança (1989, p. 29).

Mais adiante iremos aprofundar essa correlação de forças a que Foucault vai chamar *Resistência*, em 1976, em *História da Sexualidade I*.

Foucault concebe a história da microfísica do poder como uma genealogia ou uma peça para uma genealogia da alma moderna. Nesse sentido, a alma não é uma



ilusão, mas existe, pois é constantemente produzida “em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de poder que se exerce sobre os que são punidos - de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos...” (Foucault, 1989, p. 31). A alma é o espaço onde se articulam as relações saber/poder.

A prisão, perpassada pelos mecanismos disciplinares, tem um funcionamento compacto do poder, ou seja, ocupa-se do corpo e do tempo do condenado, controla seus gestos e suas condutas por um sistema de autoridade e de saber; é uma ortopedia aplicada individualmente e é um exercício de poder que se isola tanto do corpo social como do poder judiciário (Foucault, 1989).

A instituição carcerária não se limita a simplesmente encarcerar e fechar sob muros e portas, ela vai agregar esses artifícios por mecanismos de vigilância, fazendo o cálculo das aberturas, dos espaços, das passagens e das transparências. O Panóptico de Jeremias Bentham, planejado no século XIX, é o modelo ideal usado nessa nova forma de controle, individual e coletiva ao mesmo tempo, portanto, tecnologia adequada à disciplina.

A prisão, assim como qualquer instituição disciplinar, é uma tecnologia de poder que, através da disciplina, fabrica indivíduos, e, quanto mais anônimo e funcional for o poder, mais eficaz será a individualização, que se dá através da vigilância, da normalização e do exame.

Ela se constitui como pena principal fora do aparelho judiciário, antes mesmo que a lei a defina como tal. Seu sucesso se efetiva pelos seus mecanismos de coerção para tornar os indivíduos dóceis e úteis. Assim, a prisão não surge primeiramente como privação de liberdade e depois se transforma em uma técnica corretiva, mas ela é, desde seu início, no século XIX, uma detenção legal encarregada de um suplemento corretivo (Foucault, 1989, p. 234-5).

Segundo Foucault (2003a, p. 169)<sup>36</sup>, desde que se suprimiu a idéia de vingança, que outrora era atributo do soberano, o castigo só tem sentido numa tecnologia de reforma. E os juízes passaram, sem saber claramente como, de um veredicto punitivo a outro que objetiva transformar indivíduos, tendo para isso buscado apoio em outros discursos, buscando justificar as medidas em questão.

Foucault aponta três razões da prisão ter se tornado tão óbvia. A primeira diz respeito à “privação da liberdade”, pois na nossa sociedade a liberdade é um bem precioso, assim, se perdido, é também um castigo igualitário. A segunda razão é a variável do “tempo”; a prisão quantifica a pena segundo o tempo em dias, meses, anos, estabelecendo equivalências quantitativas delito-duração; é o pagamento do crime através do seqüestro do tempo na reclusão; a prisão busca mostrar assim, dentro da visão econômica da nossa sociedade, que o crime efetivamente lesou toda a sociedade. A obviedade da prisão se deve ainda em ser um “aparelho para transformar indivíduos”. “Esse duplo fundamento – jurídico-econômico por um lado, técnico-disciplinar por outro – fez a prisão aparecer como a forma mais imediata e mais civilizada de todas as penas. E foi esse duplo funcionamento que lhe deu imediata solidez” (Foucault, 1989, p. 208-9).

Além de a prisão ter como objetivo vigiar e transformar os indivíduos, ela também é um instrumento de exclusão, pois “a prisão é a eliminação física das pessoas que saem dela, que morrem nela, às vezes diretamente, e quase sempre indiretamente, uma vez que elas não podem mais encontrar um emprego, não têm mais nenhum meio de subsistência, não podem mais reconstituir uma família” (Foucault, 2003a, p. 137). Talvez Foucault nos queira mostrar com essa fala mais uma ação positiva da prisão: a

---

<sup>36</sup> “Entrevista sobre a prisão: o livro e seu método” (entrevista com J.-J. Brochier), Magazine littéraire, nº 101, junho de 1975, p 27-33. In: Foucault, Michel (2003a). Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 159-174.

eliminação do “delinqüente”, aquele que tentou escapar das teias do poder, apesar do discurso reabilitador do Direito e das Ciências Humanas que lhe servem de suporte.

### **1.5 A noção de indivíduo perigoso**

Como já vimos, os mecanismos disciplinares são correlatos à produção de saberes coletivos e individualizados ao mesmo tempo.

Entre outros mecanismos temos a confissão, antes utilizada apenas pelo cristianismo e relacionada ao cotidiano onde esta fazia desaparecer o ato do pecado através do discurso, que vai passar, no final do século XVIII, de um mecanismo de perdão para um mecanismo de registro e do campo religioso para o administrativo. Aqui, o ato “ilegal” não mais se apaga, ao contrário, através de procedimentos como denúncias, queixas, inquirições, relatórios, espionagem etc, tudo é registrado por escrito e se constitui em dossiês e arquivos. Os primeiros documentos utilizados nesse sentido foram as “*lettres de cachet*” com as ordens de prisão ou outras ordens do rei, os internamentos, os relatórios e as decisões policiais. Os acontecimentos do cotidiano ficam acessíveis ao poder do rei<sup>37</sup> e ao mesmo tempo, cada súdito pode fazer uso desse poder soberano em proveito próprio. Assim, as microrelações de poder infiltram e definem macrorrelações de poder.

Outro fator relacionado à confissão diz respeito à idéia de transformação do criminoso surgida no início do século XIX. É necessário conhecer o indivíduo a ser recuperado, portanto - o que ele é e o que ele pensa - se torna indispensável.

O indivíduo infrator torna-se um delinqüente a ser conhecido, não tanto para fundamentar o ato jurídico para que este lhe julgue melhor, mas enquanto condenado. É

---

<sup>37</sup> “A Vida dos Homens Infames”, *Les cahiers du chemin*, n. 29, 15 de janeiro de 1977, p. 12-29. In: Ditos e Escritos IV (2003a), p. 203-223.

sob a aplicação dos mecanismos de vigilância que o infrator se constitui como objeto de saber possível. Assim, o aparelho penitenciário coloca no lugar do infrator condenado o delinqüente.

A diferença entre o infrator e o delinqüente está primeiramente no fato de que o que está em jogo não é tanto o seu ato, mas sim, a sua vida, ou melhor, a sua biografia. O delinqüente não é mais somente o autor de seu ato, mas está amarrado ao seu delito por uma causalidade psicológica. A noção da biografia é importante na história da penalidade, pois faz com que o criminoso exista antes do crime ou mesmo fora deste. Ela instaura a noção de indivíduo perigoso no ponto em que os discursos penais e psiquiátricos se encontram e se confundem. Assim, a técnica penitenciária é exercida em função da afinidade do criminoso com o seu crime, da sua periculosidade, da sua anomalia, em vez da autoria. (Foucault, 1989).

Conforme Foucault, a técnica penitenciária e o delinqüente são de certa forma “irmãos gêmeos” (Foucault, 1989, p. 226), pois apareceram juntos e são prolongamento um do outro. A prisão faz com que o castigo possa funcionar abertamente como uma terapêutica e que a sentença se inscreva nos discursos do saber.

Em *Vigiar e Punir*, de 1975, Foucault aponta a questão da delinqüência e a entrada da psiquiatria no direito penal, o que reafirma em comunicação feita em 1978<sup>38</sup>. A intervenção da psiquiatria no âmbito penal se dá no século XIX, acompanhada da noção de indivíduo perigoso. Não que tenha sido uma entrada fácil, mas os juízes e os jurados precisavam mais do que uma lei, uma infração e um ator responsável, eles precisavam de uma confissão, ou seja, um discurso que o acusado possa sustentar sobre si mesmo. E foi para os casos em que não havia nenhuma justificativa para o ato

---

<sup>38</sup> Comunicação ao simpósio de Toronto “Law and Psychiatry”, Clarke Institute of Psychiatry, 24-26 de outubro de 1977; publicada em “About the concept of the ‘dangerous individual’ in 19<sup>th</sup> century legal psychiatry”, *Journal of law and psychiatry*, vol I, 1978, ps. 1-18 e publicada como “A Evolução da Noção de “Indivíduo Perigoso” na Psiquiatria Legal do Século XIX em: Foucault, Michel. (2004) *Ditos e Escritos V*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 1-25.

criminoso que a psiquiatria foi aos poucos sendo chamada, são casos específicos: casos de monomania homicida, onde a loucura se manifestava apenas na hora do crime, ou seja, o crime é seu próprio sintoma.

Esses crimes têm algumas características em comum. Primeiramente, são crimes que não têm os sintomas tradicionais precedidos ou acompanhados da loucura; são graves, extremamente violentos e raros; desenrolam-se no cenário doméstico, considerados, portanto, contra a natureza e, por fim, são cometidos sem razão, ou seja, sem interesse, sem paixão, sem motivo, apesar de serem baseados em uma ilusão delirante (Foucault, 2004).

É sobre o crime monstruoso que, de um lado, a medicina vai mostrar que a loucura surge como perigosa e de outro, a justiça se percebe impotente. É preciso adaptar as formas de castigo à natureza do delinqüente.

Segundo Foucault, se a psiquiatria se torna tão importante no século XVIII não é apenas porque aplica uma nova racionalidade médica às desordens da conduta e da mente, mas porque funciona também como forma de higiene pública - torna-se uma reação aos perigos inerentes ao corpo social. Assim, “a psiquiatria do século XIX, pelo menos tanto quanto uma medicina da alma individual, foi uma medicina do corpo coletivo” (Foucault, 2004, p. 10).

Diz o autor ainda que não é por intermédio dos Códigos ou dos princípios teóricos que a medicina entrou na penalidade, mas que é “por baixo”, do lado dos mecanismos de vigilância e do sentido que lhes foi atribuído (Foucault, 2004, p. 11). Isto porque a condenação passa a uma técnica de transformação dos infratores. O poder deixa de ser negativo para ser positivo/produtivo.

Pouco antes de 1870, a noção de monomania foi, apesar de algumas resistências, abandonada por duas razões. A primeira diz respeito à idéia de uma loucura

parcial que foi substituída pela noção de uma doença mental, “que não era necessariamente um dano do pensamento ou da consciência, mas que pode prejudicar a afetividade, os instintos, os comportamentos automáticos, deixando quase intactas as formas de pensamento” (Foucault, 2004, p. 16). A outra razão diz respeito à idéia de degeneração, ou seja, doenças mentais com evolução complexa e polimorfa, que podem apresentar certo sintoma particular em algum estágio do desenvolvimento do indivíduo ou em futuras gerações (Foucault, 2004, p. 16).

O fato de se poder definir essa grande ramificação evolutiva fez com que não fosse mais preciso se remeter aos grandes crimes monstruosos e misteriosos para recorrer ao patológico. Dessa forma, institui-se um “*continuum* psiquiátrico e criminológico, que permite interrogar em termos médicos qualquer grau da escala penal” (Foucault, 2004, p. 16)

A partir desse momento a doença mental perpassa todo o direito penal e não mais se julgará um crime e sim, um criminoso e, possivelmente, perigoso. E esse pensamento está difuso em toda nossa sociedade: se alguém comete um crime, provavelmente é considerado delinqüente e perigoso por toda a sua vida.

Foucault mostra também que a psiquiatria entra para o direito penal indiretamente, através do direito civil. Com o desenvolvimento das indústrias e dos transportes, aparecem as noções de acidente, de risco e de responsabilidade, ou seja, o direito civil precisa fundamentar uma responsabilidade sem culpa. E nesse sentido, os civilistas defendem alguns princípios importantes: a responsabilidade está mais do lado da causa do que do erro; essas causas são de duas ordens, não excludentes entre si: encadeamento de fatos precisos e individuais e a criação de riscos inerentes a um tipo de ação, equipamento ou empreendimento; esses riscos devem ser diminuídos da maneira mais sistemática e rigorosa possível, apesar de que eles nunca serão totalmente

eliminados; e, a indenização não é feita para sancionar uma responsabilidade sem culpa como uma quase-punição, mas para reparar seus efeitos e diminuir seus riscos futuros. Eliminando o elemento de culpa da responsabilidade, os civilistas introduzem no direito a noção de probabilidade causal e de risco, fazendo com que a sanção apareça com a função de defender, proteger e fazer pressão sobre riscos possíveis. E é essa descriminalização da responsabilidade civil que vai constituir-se em um modelo para o direito penal. (Foucault, 2004).

Do lado da Antropologia criminal, a idéia da Defesa Social exposta por Prins, em 1910, formou-se pela transposição das elaborações da justiça civil para a justiça criminal. E do lado da medicina e da psicologia, foi num processo contínuo de interações com a instituição judiciária que este saber entrou definitivamente para o direito penal (Foucault, 1989).

Desde o século XVIII, até se concretizar definitivamente no início do século XX, foi se constituindo como tema central nas perícias psiquiátricas o indivíduo perigoso. E como se não bastasse ser julgado pelo que se é, durante o cumprimento da pena, se é constantemente avaliado nesse mesmo sentido.

A prisão é o espaço adequado onde, através do esquadrinhamento e da vigilância, se pode construir saberes e poderes sobre os sujeitos. E esse exercício de poder tem inerente a ele práticas de resistência.

Assim, da mesma forma que poder e saber andam juntos, também a resistência vai acompanhar este binômio. Essa pesquisa busca investigar as práticas de resistência no universo das práticas de saber/poder da prisão.

## 2. Sujeito, Poder e Resistência

O poder, para Michel Foucault, é uma

multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram uma nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (Foucault, 2001, p. 88-9).

Portanto, o poder não é algo *a priori*, mas corresponde à correlações de força que se dão no espaço mesmo onde se exercem. A condição de possibilidade do poder não está em um ponto central e único de soberania de onde derivariam outras formas, mas “é o suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis” (Foucault, 2001, p. 89). É o que Foucault (2001) chama de “onipresença do poder”, ou seja, não que o poder agrupe tudo sob sua unidade, mas que ele se produz a cada instante, em todos os pontos, entre toda relação de um ponto a outro; que o poder está em toda parte, não que englobe tudo, mas porque provém de todos os lugares. O poder não é uma instituição, nem uma estrutura e nem uma potência de alguns privilegiados, mas é “uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (p. 89).

O poder também não é propriedade de alguém, nem é adquirido, compartilhado ou arrebatado, mas é exercido “a partir de inúmeros pontos em meio a relações



desiguais e móveis” (Foucault, 2001, p. 89). As relações de poder não são exteriores a outros tipos de relações como processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais, mas lhe são imanentes. Assim, as relações de poder não estão em um papel de superestrutura, que proíbe ou reconduz, mas tem um papel diretamente produtor, ou seja, o poder não é somente uma força negativa, mas é, sobretudo, produtiva.

O Estado, nesse sentido, não só não é o detentor do poder, mas, sobretudo, só pode funcionar porque tem nas suas bases inúmeras pequenas relações de poder, das quais se utiliza, pois, “o que seria o poder do Estado, aquele que impõe por exemplo, o serviço militar, se não houvesse, em torno de cada indivíduo, todo um feixe de relações de poder que o liga a seus pais, a seu patrão, a seu professor – àquele que sabe, àquele que lhe enfiou na cabeça tal ou tal idéia?<sup>39</sup>” (Foucault, 2003a, p. 231).

Foucault (2001) aponta que as relações de poder são, ao mesmo tempo, “intencionais e não subjetivas”, o que quer dizer que, apesar de o poder se exercer para atingir certos objetivos, não é resultado da escolha ou decisão de um indivíduo. Mesmo que a racionalidade do poder apareça como uma das táticas mais explícitas de poder, no nível limitado em que se inscrevem, e que, “encadeando-se entre si, invocando-se e se propagando, encontrando em outra parte apoio e condição, esboçam finalmente dispositivos de conjunto: lá a lógica ainda é perfeitamente clara, as miras decifráveis e, contudo, acontece não haver mais ninguém para tê-las concebido e poucos para formulá-las...” (p. 91). Assim, o poder perpassa as microrelações, sem que haja um autor ou um detentor desse poder.

Vendo o poder como uma correlação de forças, pode-se pensar que, se o poder penetra no corpo e se encontra exposto nesse, esse também reivindica seu próprio corpo

---

<sup>39</sup>“Poder e Saber” (entrevista com S. Hasumi gravada em Paris, em 13 de outubro de 1977), *Umi*, dezembro de 1977, os. 240-256. In: *Ditos e Escritos IV* (2003a), p. 223 – 240.

contra esse poder, como por exemplo, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade etc. Nesse sentido, o que tornou o poder forte passa a ser aquilo por que ele é atacado, isso não quer dizer que o poder tenha vacilado, “porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua<sup>40</sup>” (Foucault, 1995a, p. 146). São as correlações de poder que acontecem o tempo todo, geralmente não pensadas.

Para Michel Foucault, o poder sempre está presente, sempre estamos no poder e dele não escapamos, e ainda, onde há poder, há também resistência (2001, p. 91; 1995b, p. 248), portanto, a resistência é inerente ao poder. Coloca que as correlações de força só existem “em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda rede de poder” (Foucault, 2001, p. 91).

As resistências geralmente não se caracterizam por uma grande recusa, mas são “casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício” (Foucault, 2001, p. 91). Só existem no campo estratégico das relações de poder. Os pontos de resistência geralmente são móveis e transitórios, “que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis” (Foucault, 2001, p. 91). Da mesma forma que as relações de poder atravessam os aparelhos e as instituições numa microfísica de poder, também as resistências atravessam as estratificações sociais e as unidades individuais.

---

<sup>40</sup> “Poder – Corpo”. In: Foucault, Michel. *Microfísica do Poder* (1995a). 11 ed., p. 145-152.

O jogo das relações de poder está intimamente ligado à forma como os discursos aparecem e se modificam nesse jogo, o que quer dizer que os discursos podem ser ao mesmo tempo “instrumento e efeito do poder, e também escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta” (Foucault, 2001, p. 96). Assim, os discursos são base e efeito de poder e resistência.

O poder não é uma relação dominador/dominado, mas é uma luta, uma situação estratégica, onde, apesar de os indivíduos estarem em situações diferenciadas, em uma luta assimétrica, eles participam do poder. E a resistência é um elemento dessa relação estratégica de poder. Assim, se alguém está em vantagem em relação a um outro, isto pode determinar ou influenciar a conduta ou a não-conduta do outro. Mas, segundo Foucault, não estamos presos numa armadilha, pois temos sempre a possibilidade de mudar a situação. Estamos sempre livres, não das relações de poder, mas para transformar essas relações. Segundo ele,

se não houvesse resistência, não haveria relações de poder. Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. No momento em que o indivíduo está numa situação de não poder fazer aquilo que ele quer, ele deve utilizar relações de poder. A resistência vem então em primeiro e permanece superior a todas as forças do processo; ela obriga, sob seu efeito, as relações de poder a mudar (Foucault, 2003b, p. 34).

Assim, tem-se a possibilidade de mudar, transformar as situações, mas sempre dentro das próprias relações de poder. E tanto maior for a força da resistência, tanto maior também será a força de quem busca se manter numa situação de dominação e vice-versa.

Foucault coloca que o poder só se exerce sobre sujeitos livres, ou seja, sobre “sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde

diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (Foucault, 1995b, p. 244). Na escravidão, por exemplo, não há relação de poder, pois é uma relação física de coação; apenas em situações onde o sujeito pode se deslocar e, no limite, escapar que o sujeito é livre. Portanto, a liberdade é condição de existência do poder e seu suporte permanente. Foucault reafirma essa idéia em uma entrevista<sup>41</sup> dizendo que,

“para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade. Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem todo poder sobre o outro, um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a este último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação - , não haveria de forma alguma relações de poder (Foucault, 2004, p. 276-7).

A resistência se apóia na própria situação que ela combate, utilizando os mesmos discursos, como no caso do movimento homossexual que, de um lado, sofreu com a opressão da definição médica da homossexualidade no final do século XIX e, de outro, usou essa medicalização como instrumento de resistência, colocando que, se os

---

<sup>41</sup> “A ética do cuidado de si como prática de liberdade (entrevista com H. Becker, R. Fornet-Betancourt, A. Gómez-Müller, em 20 de janeiro de 1984), Concórdia. Revista internacional de filosofia, nº 6, julho-dezembro de 1984, p. 99-116. Publicada recentemente em *Ditos e Escritos V* (2004). Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 264-287.

homossexuais são vítimas de uma doença, não poderiam ser condenados por isso (Foucault, 2003b, p. 35).

Resistir não significa somente dizer “não” em relação a algumas situações, apesar de a negação muitas vezes poder se tornar uma forma de resistência decisiva. A resistência é, sobretudo, um processo de criação e recriação, de transformação.

Foucault diz que ao invés do poder político, é através do governo que é o “conjunto de práticas pelas quais é possível constituir, definir, organizar, instrumentalizar as estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter uns em relação aos outros” (2004, p. 286), que o indivíduo, utilizando uma série de instrumentos, vai procurar delimitar a liberdade dos outros na relação com estes e consigo mesmo, constituindo-se, assim, em um sujeito ético.

A prisão, de um lado, tem toda uma tecnologia de poder que visa disciplinar e vigiar os presos, mas de outro, estes utilizam táticas frente aos dispositivos carcerários. Táticas que nem sempre são uma afronta direta aos dispositivos, mas são resistências cotidianas.

Para Foucault (1995a p. 225), a resistência é um dos elementos que torna o projeto panóptico de Bentham irreal e diz que,

É preciso analisar o conjunto das resistências ao panoptismo em termos de tática e de estratégia, vendo que cada ofensiva serve de ponto de apoio a uma contra-ofensiva. A análise dos mecanismos de poder não tende a mostrar que o poder é ao mesmo tempo anônimo e sempre vencedor. Trata-se ao contrário de demarcar as posições e os modos de ação de cada um, as possibilidades de resistência e de contra-ataque uns de outros (1995a, p. 226).

Foucault não quer dizer com isso que o panóptico tenha sido um fracasso, mas que, com a existência da resistência, a vigilância total sonhada por Bentham não se concretiza.

Há, inclusive na prisão, possibilidades de escape, práticas de liberdade – mesmo que momentâneas, pois, muitas vezes, por um prazer momentâneo, os presos acabam sofrendo outros castigos e até prorrogando a sua pena. São relações de poder, onde se vai da sujeição à revolta, da revolta à sujeição e assim por diante... Nesse sentido, pode-se dizer que na prisão, apesar de todos seus seqüestros – tempo, privação de liberdade em muitos aspectos, como no de ir e vir -, permite ainda certas liberdades – possibilidades de fuga, é claro, dentro das relações de poder.

Foucault (1995b) coloca que o seu trabalho nos últimos vinte anos não teve como objetivo analisar o poder nem elaborar os fundamentos de tal análise, mas sim, fazer uma história dos diferentes modos pelos quais nos tornamos sujeitos na cultura ocidental. Para isto, trabalhou com três modos de objetivação que transformam os indivíduos em sujeitos.

O primeiro deles é o modo de investigação, que pretende atingir o estatuto de ciência, ou seja, a objetivação do sujeito do discurso através da linguagem, do sujeito produtivo através do trabalho e do sujeito biológico na vida.

Em segundo lugar, estudou a objetivação do sujeito nas práticas de individualização, ou seja, a divisão do sujeito no seu interior e em relação com os outros. Por exemplo, o louco é definido enquanto tal a partir de práticas e saberes construídos sobre a loucura, e é analisado a partir de uma norma que diz o que é normal ou anormal, onde vai ser comparado e enquadrado. Da mesma forma acontece com o doente e o sadio, o criminoso e o “bom menino”.

E, por último, Foucault vai investigar como o ser humano torna-se sujeito, por exemplo, de que forma o sujeito se reconhece como sujeito da sexualidade, como louco, como criminoso.

Como o sujeito está sempre perpassado pelas relações de poder, para compreender o sujeito é preciso compreender as relações de poder. Para isto, Foucault sugere uma forma de prosseguir em direção a uma nova economia de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada ao presente e que implica relações estreitas entre teoria e prática. “Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. (...) consiste em usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. (...) consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias” (Foucault, 1995b, p. 234).

Esta análise deveria ser feita em experiências fundamentais (racionalidades específicas) com ele o fez com a loucura, a prisão, a sexualidade, pois considera que não é produtivo tentar entender a racionalização da sociedade como um todo. O autor sugere que se investigue o antagonismo, assim para pesquisar a sanidade, poderia se investigar o campo da insanidade, para entender a legalidade, investigar a ilegalidade e “para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações” (Foucault, 1995b, p. 234). Diz ainda que para entender as relações de poder em uma instituição, não é interessante analisar a instituição enquanto aparelho ou suas regras, mas a partir das relações de poder, para não correr o risco de “explicar o poder pelo poder” (Foucault, 1995b, p. 245).

Segundo Foucault (1995b), há uma série de oposições que se desenvolveram nos últimos anos, como a oposição ao poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos, do psiquiatra sobre o doente mental, da medicina sobre a população, da administração sobre os modos de vida. Estas lutas têm, segundo ele, algumas características em comum.

1) São lutas transversais, o que quer dizer que não são privilégio de um país ou de um governo, mas acontecem em diferentes nacionalidades.

2) O objetivo destas lutas são os efeitos do poder em si. Neste sentido, utilizando como exemplo a prisão, não é a revolta por se estar preso, mas as próprias condições da prisão são o seu foco.

3) São lutas imediatas. Assim, de um lado, critica-se a instância de poder mais próxima que está exercendo a ação, objetivando o inimigo imediato. De outro, não se espera que os problemas sejam resolvidos no futuro, através de revoluções, lutas de classe etc. Foucault as chama também de lutas anárquicas.

4) Estas lutas questionam o estatuto de indivíduo, buscando de um lado rejeitar tudo o que torna o indivíduo individual e de outro, atacando o que separa o indivíduo dos outros, fazendo com que ele se volte para si mesmo.

5) São lutas que se opõem aos efeitos de poder relacionados ao saber, ou seja, como o saber circula, funciona, suas relações com o poder, sendo este saber oculto ou não.

6) E são lutas que recusam quaisquer investigações, sejam da ciência, do Estado, de qualquer instância, que pretendem determinar que somos.

Estas oposições, estas lutas, têm como principal objetivo atacar, não uma ou outra instituição de poder ou grupo, elite ou classe, mas uma técnica ou forma de poder, a qual faz parte da vida cotidiana imediata, e



individualiza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e presos à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a (Foucault, 1995b, p. 235).

O autor define as relações de poder como um modo de ação de alguns sujeitos sobre outros sujeitos ativos, portanto, as relações de poder só existem em ato. Esse modo de ação não age direta e imediatamente sobre os outros, mas age sobre sua própria ação. É uma ação sobre ação, seja sobre ações eventuais ou atuais, futuras ou presentes.

Foucault coloca que na atualidade talvez o objetivo da filosofia não seja mais descobrir o que somos, mas “imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno” (Foucault, 1995b, p. 239). Resumidamente, teríamos que promover novas formas de subjetividade, recusando o tipo de individualidade que nos é imposto, teríamos que promover Resistências.

### 3. Método

Tendo em vista que este trabalho tem como base a produção teórica de Michel Foucault, utilizamos o método arqueológico para a análise de discurso, articulado ao método genealógico para a análise das práticas.

Nos trabalhos de Foucault, o discurso é analisado através do método arqueológico. Para tal, ele não toma o discurso na sua forma ou em seus conteúdos, mas o analisa através de sua exterioridade, ou seja, verifica de que maneira os enunciados servem de sustentação e condição de possibilidade a certo discurso, bem como a maneira como eles emergem, entram em conflito ou contradição, sobrevivem, se sobrepõem, formando os discursos de uma época.

Além de utilizar o método arqueológico, Foucault valeu-se do método genealógico, inspirado na noção de genealogia de Nietzsche. Foucault diz que “em Nietzsche, parece-me, encontramos efetivamente um tipo de discurso em que se faz a análise histórica da própria formação do sujeito, a análise histórica do nascimento de certo tipo de saber, sem nunca admitir a preexistência de um sujeito de conhecimento”<sup>42</sup>. A análise genealógica é sempre histórica. Ela investiga as proveniências e as emergências, ou seja, ela não vai à busca da origem das práticas, mas as analisa a partir de suas proveniências, remetendo-se a acontecimentos emergentes, ou seja, aqueles que surgem no cenário histórico, no sentido efetivo da história: “a história ‘efetiva’ olha para o mais próximo, para dele se separar bruscamente e se apoderar à distância” (Foucault, 1995a, p. 29).

Apesar das especificidades dos procedimentos arqueológico e genealógico, estes se inter-relacionam. No primeiro prioriza-se mais a questão do discurso e, no

---

<sup>42</sup> Foucault, Michel. (1999) A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Ed., p. 13.

segundo, a questão do poder, mas tanto em um como em outro se discute a relação saber/poder e, portanto, a constituição do sujeito, que se constitui nesse entremeio.

É neste mesmo sentido que utilizamos os dois métodos na pesquisa, pois buscamos analisar as práticas de resistência, inerentes às relações poder/saber, no âmbito da constituição dos sujeitos encarcerados.

Esta pesquisa se caracteriza como documental<sup>43</sup> e o discurso será levantado através de documentos de uma penitenciária – a Penitenciária Estadual de Londrina (PEL), nos quais a instituição registra as práticas dos presos consideradas por ela como indisciplinadas. Documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (Phillips, 1974, apud André & Lüdke, 1986, p. 38). E a análise documental “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse” (André & Lüdke, 1986, p. 38). Nesse sentido, nos documentos utilizados para esta pesquisa buscamos relatos de práticas que se caracterizam como resistência frente ao dispositivo penitenciário. Importante salientar que nem todo ato indisciplinar se caracteriza como resistência. Os documentos têm como vantagem o fato de se poder recorrer a eles quantas vezes for preciso e, além disso, “não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (André & Lüdke, 1986, p. 39).

As práticas discursivas correspondem a “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 1997, p. 136). Assim, os enunciados emergem a partir das condições de possibilidade de uma certa época, ou

---

<sup>43</sup> Pelo fato de ser uma pesquisa documental não foi encaminhada para avaliação do Comitê de Ética.

melhor, a partir das práticas discursivas que permitem que certos enunciados emirjam em contextos históricos determinados. Neste sentido, os documentos são também formas de enunciados.

Para Foucault, o enunciado não é uma unidade do tipo lingüística, mas algo que tem uma função enunciativa, que põe em jogo unidades diversas (como frases, proposições, fragmentos de frases, séries de signos etc), sendo que essa função,

em vez de dar um “sentido” a essas unidades, coloca-as em relação com um campo de objetos; em vez de lhes conferir um sujeito, abre-lhes um conjunto de posições subjetivas possíveis; em vez de lhes fixar limites, coloca-as em um domínio de coordenação e de coexistência; em vez de determinar a identidade, aloja-as em um espaço em que são consideradas, utilizadas e repetidas (Foucault, 1997, p. 122).

Neste sentido, o papel do sujeito e sua formação acadêmica, em um enunciado, é indiferente, o que significa dizer que tal lugar pode ser ocupado por qualquer sujeito. O ‘quem está falando’ é indiferente, o importante é que o enunciado seja passível de repetição. No caso de um enunciado da psicologia, por exemplo, o papel do enunciador pode ser ocupado um psicólogo, mas pode também ser ocupado por qualquer outra pessoa, independente de sua formação.

O enunciado se inscreve em um campo associativo, onde está ligado à uma memória, ou seja, está ligado a outros enunciados anteriores que este vai reatualizar, e também está ligado a formulações que podem vir depois, como consequência ou como réplica (Foucault, 1997). Ele se caracteriza por uma materialidade, que “é constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade” (Foucault, 1997, p. 116). Mas Foucault (1997) chama a atenção para o fato de que o

enunciado pode ter sua enunciação feita de várias formas, em momentos diferentes, com alterações gramaticais, semânticas, lógicas, pois isto não muda o enunciado. Conforme Foucault (1997, p. 117) “o próprio enunciado não pode ser reduzido a esse simples fato da enunciação, pois ele pode ser repetido apesar de sua materialidade”. Foucault (1997) chama de *Arquivo* a todo esse sistema de enunciados que forma o saber de uma época.

Para Foucault não interessa se os discursos são verdadeiros ou não, mas como eles operam. Diz que devemos ver o enunciado não como um documento, mas como um monumento, ou seja, vê-lo como se apresenta e não buscar interpretações ocultas.

Os discursos (formados pelos enunciados) e as práticas sociais de uma época são relações de poder/saber que vão permear as subjetividades desse período. É neste âmbito que a pesquisa genealógica atua.

A análise dos enunciados, de acordo com o método genealógico (que Foucault desenvolve a partir da década de 70), visa uma história descontínua, não linear, que não busca as origens, mas sim, os acontecimentos que emergem em um contexto, portanto, não vai buscar onde surgiu ou quem criou determinado discurso, mas sim, perguntar quais as condições de possibilidade de existência, permanência, desaparecimento ou reaparecimento de tal discurso em tal época. E vai ainda mais longe, buscando quais as práticas sociais que tais discursos possibilitaram, ou melhor, quais as relações saber/poder que constituem a subjetividade em determinado contexto.

### **3.1 Levantamento de Informações para a Pesquisa**

Na instituição escolhida para a pesquisa - a Penitenciária Estadual de Londrina, no Estado do Paraná, quando um interno apresenta uma conduta considerada indisciplinar por um agente, este leva o caso ao conhecimento da Chefia de Segurança.

O acontecimento é registrado e oficializado como “Comunicado de ocorrência disciplinar”, o qual é redigido pelo inspetor de segurança do dia e, em seguida, endereçado à chefia de segurança que o encaminha à Divisão de Prontuário e Movimentação (DIPROM). No DIPROM é ouvido o depoimento do(s) preso(s) envolvido(s) na ocorrência e registrado(s) como “Termo de Declaração”. No momento do depoimento estão presentes, além do acusado (se tiver mais de um acusado no processo, cada qual é ouvido separadamente), o representante do Setor Jurídico, um representante do DIPROM e às vezes uma pessoa da equipe técnica, seja um pedagogo, psicólogo, assistente social ou laborterapeuta, além do secretário que faz a redação da declaração. Depois o conjunto de documentos é enviado para os membros do Conselho Disciplinar<sup>44</sup>, os quais se reúnem semanalmente para julgar as faltas disciplinares e definir as sanções relativas, produzindo um terceiro documento definido como “Decisão do Conselho Disciplinar”. Em seguida é emitida pelo diretor do Conselho Disciplinar uma Portaria sancionando o interno e ainda um documento denominado “Ciente/Decisão do Conselho Disciplinar”, o qual dá ao interno ciência da decisão tomada e que este deve assinar. Além dos documentos acima citados, ainda é feita em cada reunião uma Ata, constando as decisões tomadas relativas aos casos julgados e, quando necessário, a revisão de alguma decisão anterior. As sanções relativas aos “processos” pesquisados são de 5, 10 ou 30 dias de isolamento celular referentes à *falta* considerada de natureza leve, média ou grave, respectivamente, ou ainda, em alguns casos, de advertência escrita ou verbal. Mas para esta pesquisa não entraremos nesse mérito, pois o que visamos não é a pena enquanto código, mas sim o acontecimento, ou

---

<sup>44</sup> Conforme Estatuto Penitenciário do Paraná (Cap. IV, art.67), “O Conselho Disciplinar, existente em cada estabelecimento, será composto por um secretário, que é o relator, quatro técnicos e um defensor, sendo presidido pelo diretor. § 1º - Os técnicos serão, respectivamente, dos setores de psicologia, serviço social, laborterapia e pedagogia. § 2º - As decisões serão tomadas pela maioria dos votos. § 3º - Somente terão direito a voto os técnicos e o diretor. § 4º - O representante da divisão de segurança será ouvido obrigatoriamente.”

melhor, as práticas de resistência - que para o sistema aparecem como uma indisciplina - e que geram um “processo” disciplinar.

Analizamos o conjunto desses documentos acima expostos, que chamaremos, por convenção nossa, de “processo”, as atas referentes às reuniões semanais, além de documentos suplementares como o “Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná”, em particular o capítulo III - Das faltas e das Sanções Disciplinares (anexo 1), uma Folha com as “Normas e Procedimentos” que é entregue ao interno quando da sua entrada na unidade e que estabelece as condutas dentro do complexo carcerário (anexo 2) e, ainda, cartazes internos com normas e recados para funcionários, presos e visitantes (anexo 3). Todos os documentos mencionados foram fornecidos pela instituição, consciente da utilização destes para a presente pesquisa.

Selecionamos os documentos referentes a três meses do ano de 2004, sendo escolhidos para tanto os meses de janeiro, fevereiro e março. Este recorte se deve ao número de dados a analisar e ao tempo estabelecido para a conclusão do mestrado, ou seja, dois anos. Comprometemos-nos a guardar sob sigilo o nome dos sujeitos que fazem parte desse trabalho, tanto dos presos como dos técnicos que produzem os documentos.

Analizamos inicialmente os documentos do “processo” e as respectivas atas semanais, em um total de doze, correspondentes a doze reuniões do Conselho neste período<sup>45</sup> (anexo 4). A partir de análise profunda, com exaustivas leituras, definimos as categorias de análise desses documentos. Os demais materiais – cartazes - serviram para complementar as informações sobre a normalização interna da instituição penitenciária.

Conforme Kude (1997, p. 187), para que a análise de categorias seja válida, estas devem ter algumas características: precisam ser “Homogêneas, não se misturam coisas

---

<sup>45</sup> No relatório anual da instituição diz que foram redigidas 13 atas no período de janeiro a março de 2004, mas as doze que nos foram entregues, correspondem aos “Comunicados de Ocorrência Disciplinar” feitos nesse período.

diferentes; *exaustivas*, devem esgotar todo o texto; *exclusivas*, um mesmo elemento do conteúdo não pode ser classificado em duas ou mais categorias; *adequadas* ou *pertinentes*, devem estar adaptadas ao conteúdo e ao objetivo da análise”<sup>46</sup>. Com base nestes princípios, elaboramos as categorias aqui utilizadas.

Na análise dos conjuntos de documentos, ou seja, um total de 61 “Comunicados de Ocorrência Disciplinar”, que deram origem a 107 “Decisões do Conselho Disciplinar”, correspondentes aos 107 envolvidos<sup>47</sup>, verificamos a necessidade de criar categorias para classificar o tipo de acusação que cada “processo” apresenta. Neste sentido, trabalhamos com catorze categorias de análise, conforme quadro abaixo.

TABELA 1. Categorias de Análise por Acusação

Acusação	Nº Envolvidos
Briga	6
Deixar de acatar determinações superiores	3
Desobedecer à ordem do agente	7
Discussão	6
Fazer barulho na cela	1
Fuga de delegacia	1
Linguagem desrespeitosa	3
Mentir sobre posse de objeto	4
Não comparecer à consulta médica	4
Objeto não permitido	9
Posse de droga	6
Sujar pisos ou paredes	25
suspeita uso maconha	24
suspeita uso maconha e desobediência ao agente	8
SOMA	107

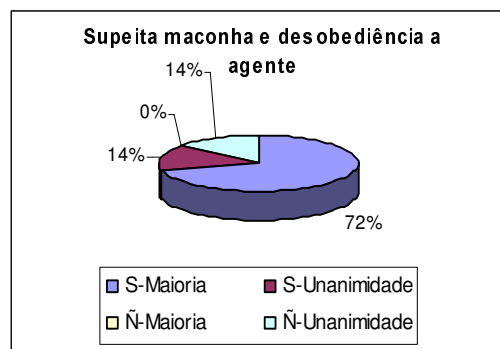
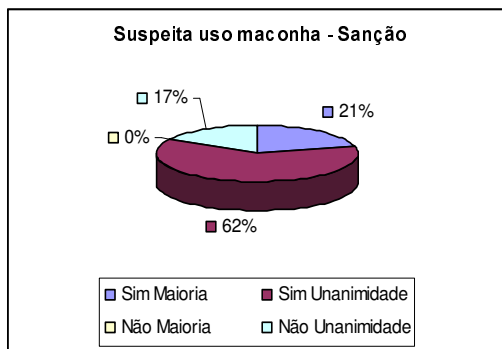
Esta escolha se justifica ao fato de que não poderíamos simplesmente nos ater à classificação da *falta* do artigo do Estatuto Penitenciário, pois muitas acusações não correspondem diretamente ao artigo. O exemplo mais freqüente desse tipo de situação refere-se à suspeita ou ao uso de drogas, sendo que estas *faltas* sequer constam no Estatuto Penitenciário, mas são, conforme gráficos abaixo, sancionadas na maior parte

<sup>46</sup> A este respeito ver também André & Lüdke. (1986) Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, p. 42-4.

<sup>47</sup> Os números aqui apresentados são frutos da análise dos documentos cedidos pela instituição. Estes não conferem com o relatório apresentado pela unidade penal, onde constam que foram 61 processos analisados e 84 decisões disciplinares tomadas no período de janeiro a março de 2004 (anexo 4).



em que aparecem. A sanção, nesse caso, é feita a partir do enquadramento em outro artigo do Estatuto e, ainda, conforme verificamos, não há uma regra para definir em qual artigo enquadrar esta “infrapenalidade” (ver Tabela 2). Nesse sentido ainda é possível verificar nos documentos que é feita uma individualização da pena (sanção), pois mesmo que em um processo tem mais de uma pessoa envolvida, cada uma é julgada separadamente.



Visto que o que buscamos são as possíveis resistências frente ao dispositivo carcerário, consideramos como Resistência qualquer prática realizada pelos presos em desacordo com os comportamentos previstos pela Lei de Execuções Penais e pelo Estatuto Penitenciário, como também pelas normas internas, sejam elas explícitas ou não, registradas de alguma forma ou não, mas que podem resultar em “Sanções Disciplinares”.

Para analisar as Resistências, organizamos uma segunda classificação (conforme tabela 2), onde as dividimos em duas categorias que definimos como 1) Ocorrências diretamente caracterizadas como Resistências e 2) Ocorrências indiretamente caracterizadas como Resistências. Temos ainda uma terceira divisão, onde enquadramos casos que não se caracterizam como Resistência.

A primeira categoria engloba qualquer prática realizada intencionalmente como afronta às relações de poder. A *visibilidade* é importante neste caso. É o caso, por

exemplo, do preso afrontar o agente, negando ser revistado, reclamando com este, fazendo barulho intencional etc. A segunda caracteriza-se por todas aquelas práticas que não afrontam diretamente o dispositivo penitenciário, mas que são praticadas como uma certa liberdade dentro das relações de poder, mesmo estando em desacordo com as normas disciplinares. Aqui, o importante é a *invisibilidade*. São casos como o consumo de drogas, o fato de levar comidas ou objetos proibidos para a cela, brigas internas etc. Casos que não se caracterizam como resistência referem-se a situações onde não houve uma atitude que afrontasse as relações de poder, onde não tivesse intenção de burlar quaisquer normas ou se posicionar contra elas (ver exemplos: anexo 5 – exemplo de Ocorrência Diretamente caracterizada como Resistência, anexo 6 - Ocorrência Indiretamente caracterizada como Resistência e anexo 7 – Não Resistência).

Organizamos as informações a partir da ordem crescente dos “comunicados de ocorrência disciplinar” dos meses de janeiro, fevereiro e março.

Neste listamos os referidos comunicados a partir das categorias de análise da acusação, descrevemos o número de envolvidos em cada ocorrência e como a ação de cada indivíduo se caracteriza, seja uma resistência de ocorrência direta ou indireta ou uma não-resistência. Também indicamos se o acusado foi sancionado ou não, se recorreu da sanção e caso sim, se foi absolvido. Fizemos ainda algumas observações que nos auxiliaram na compreensão dos “processos”.

Em paralelo, analisamos as informações contidas nos cartazes internos, sejam as “Normas e Procedimentos” (Anexo 2), o “Aviso aos agentes” (anexo 8) que enuncia a relação dos alimentos que são permitidos e os que são proibidos de serem levados às celas e alguns outros cartazes observando seus enunciados, pois todos estes materiais ampliam a compreensão do tema aqui abordado, ou seja, nos mostram o objetivo disciplinador, constante e visível, que estes contêm.

TABELA 2. Quadro Geral dos Documentos Analisados

Relatório de Decisões Disciplinares da PEL - JAN, a MAR./2004

\* Cada comunicado terá 1 Decisão Disciplinar por pessoa envolvida

Nº Comunicado*	Mês	Acusação	Envolvidos (Nº Decisões)	Falta	Aceite Acusação		Resistência			Sanção				Recorreu		Revisão Sanção		Observação
					Aceitou	Não aceitou	Ocorrência Direta	Ocorrência Indireta	Não Resistência	Sim Maioria	Sim Unanimidade	Não Maioria	Não Unanimidade	Sim - Recorreu	Não - Recorreu	Aceitou	Não Aceitou	
3341/2003	JAN.	suspeita uso maconha	1	62,III	1			1			1				1			
3353/2003	JAN.	Não comparecer consulta médica	1	Absolvido		1	1		0				1		1			Negou-se a esperar pelo médico
0008/2004	JAN.	Briga	4	61,XVI 63,VII 63,VII	3	1		4			4			4		0	4	P/ o preso agredido adv. Escrita. 2 não ass. Decisão CD: CD 3/2004 diz que foi sancionado por unanimidade, mas Ata 001/04 dia que foi por maioria, que pedagogia e laborterapia votaram pela absolvição.
0009/2004	JAN.	Discussão	2	61,XVI 61,XVI		2		2			2				2			
0057/2004	JAN.	Posse de droga	1	63,VI		1		1			1				1			
0077/2004	JAN.	Mentir sobre posse de objeto	2	61,X 61,X	2			2		1	1				2			Assistente Social e Psicóloga votaram por absolvição de CD13/04 (condenado por maioria), cf. Ata 02/04.
0066/2004	JAN.	Não comparecer consulta médica	1	Absolvido		1			1				1		1			
0094/2004	JAN.	Não comparecer consulta médica	1	61,I	1		1				1				1			Queria acabar primeiro o jogo futebol
099/2003	JAN.	Objeto não permitido	1	61,I,IV	1			1			1				1			Rompimento lacre rádio - usou motor para fazer aparelho Tatuagem
0122/2004	JAN.	Posse de droga	1	63,VI	1		1				1				1			
0122/2004	JAN.	suspeita uso maconha e desobediência ao agente	1	62,I		1		1			1				1			Continuou fumando após chamada atenção
0184/2004	JAN.	Desobedecer à ordem do agente	2	61,I 61,I	2		2				2				2			Rabiscos nas paredes
0192/2004	JAN.	Desobedecer à ordem do agente	1	Absolvido		1	1						1		1			Não diz se foi por unanimidade, consideramos desta forma por não especificar que alguém tenha votado a favor da sanção.

TABELA 2. Quadro Geral dos Documentos Analisados

Relatório de Decisões Disciplinares da PEL - JAN, a MAR./2004

\* Cada comunicado terá 1 Decisão Disciplinar por pessoa envolvida

Nº Comunicado*	Mês	Acusação	Envolvidos (Nº Decisões)	Falta	Aceite Acusação		Resistência			Sanção				Recorreu		Revisão Sanção		Observação
					Aceitou	Não aceitou	Ocorrência Direta	Ocorrência Indireta	Não Resistência	Sim Maioria	Sim Unanimidade	Não Maioria	Não Unanimidade	Sim - Recorreu	Não - Recorreu	Aceito	Não Aceito	
0201/2004	JAN.	suspeita uso maconha	1	62,I		1		1		1					1			
0205/2004	JAN.	Fazer barulho na cela	1	61,XII		1	1				1				1			
0217/2004	JAN.	suspeita uso maconha e desobediência ao agente	3	62,I 62,I 62,I	1	2	3			3					3			
0227/2004	JAN.	suspeita uso maconha e desobediência ao agente	3	Absolvido 62,II 62,II		3		2	1	2			1		3			Absolvido - esquecido lista futebol Laborterapia votou a favor da absolvição - CD 27 e 28
0230/2004	JAN.	Não comparecer consulta médica	1	Absolvido		1			1				1		1			
0231/2004	JAN.	Briga	2	62,I e XVII. 62,I		2		2			2				2			Negaram-se a sair da cela após briga
0252/2004	JAN.	Posse de droga	2	63,VI 63,VI	2			2			2				2			
0254/2004	JAN.	Desobedecer à ordem do agente	1	61,I		1	1				1				1			
0278/2004	JAN.	Mentir sobre posse de objeto	2	61,XIV 61,I	1	1	1		1		2				2			1 interno assumiu posse TV de outrem por medo na revista.
<b>TOTAIS</b>			<b>35</b>		<b>15</b>	<b>20</b>	<b>12</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	
0304/2004	FEV.	Desobedecer à ordem do agente	1	61,I		1	1			1					1			Laborterapia e Psicologia votaram p/ art.62I em vez de 64 I d, cf sancionado
0309/2004	FEV.	Linguagem desrespeitosa	1	61,II		1	1				1				1			Reclamação comida
0325/2004	FEV.	Sujar pisos ou paredes	2	62,III 62,III	2		2				2			2		2		"ratinho" p/ passar pasta dente. Sancionados, recorreram e absolvidos - ver Comunicado 0319/2004 (comunicado está na ata 6/04)

TABELA 2. Quadro Geral dos Documentos Analisados

Relatório de Decisões Disciplinares da PEL - JAN, a MAR./2004

\* Cada comunicado terá 1 Decisão Disciplinar por pessoa envolvida

Nº Comunicado*	Mês	Acusação	Envolvidos (Nº Decisões)	Falta	Aceite Acusação		Resistência			Sanção				Recorreu		Revisão Sanção		Observação
					Aceitou	Não aceitou	Ocorrência Direta	Ocorrência Indireta	Não Resistência	Sim Maioria	Sim Unanimidade	Não Maioria	Não Unanimidade	Sim - Recorreu	Não- Recorreu	Aceitou	Não Aceitou	
0319/2004	FEV.	Sujar pisos ou paredes	23	Absolvidos		23	23			23				23		23		21 haviam sido condenados com advertência. Todos 23 foram absolvidos por maioria, sendo que o Ass. Social votou pela permanência da sanção, cf Ata 7/04
0330/2004	FEV.	suspeita uso maconha	2	62,I 64,II,"d"		2		2			2				2			
0350/2004	FEV.	Deixar de acatar determinações sup.	1	62,I	1			1			1				1			Abrir aparelho de TV
0353/2004	FEV.	suspeita uso maconha	1	62,I		1		1		1					1			
0356/2004	FEV.	Linguagem desrespeitosa	1	61,II c/c 62,VI parte final	1			1			1				1			Enviou carta apaixonada p/ psicóloga de outra unidade. Não assinou Decisão do CD.
0391/2004	FEV.	Objeto não permitido	1	62,III	1			1			1				1			Abajur feito pelo interno com ponta.
0438/2004	FEV.	Posse de droga	1	63,VI		1		1			1				1			
030/2004	FEV.	Objeto não permitido	1	62,XVI	1			1			1				1			
457/2004	FEV.	Desobedecer à ordem do agente	1	61,I c/c XIV		1	1			1					1			Não diz quem votou e quantos a favor ou contra
0480/2004	FEV.	Objeto não permitido	1	62,XVI		1		1			1		1		1			
0486/2004	FEV.	Objeto não permitido	1	Absolvido	1			1					1		1			
0500/2004	FEV.	Discussão	2	62,XI Absolvido	1	1	1	1	0						2			1 interno agrediu outro verbalmente por querer usar o varal. O outro reagiu chamando a segurança.
0513/2004	FEV.	Linguagem desrespeitosa	1	Advertência verbal		1	1						1		1			Advertência verbal - não caracterizada sanção disciplinar
0528/2004	FEV.	suspeita uso maconha	1	62,III		1		1			1				1			
0546/2004	FEV.	suspeita uso maconha	1	62,III		1		1		1					1			Maioria votou Art.62 III, Laborterapia votou 63 I e Ass. Social 61 I
0561/2004	FEV.	suspeita uso maconha	1	61,I		1		1			1				1			

TABELA 2. Quadro Geral dos Documentos Analisados

Relatório de Decisões Disciplinares da PEL - JAN, a MAR./2004

\* Cada comunicado terá 1 Decisão Disciplinar por pessoa envolvida

Nº Comunicado*	Mês	Acusação	Envolvidos (Nº Decisões)	Falta	Aceite Acusação		Resistência			Sanção				Recorreu		Revisão Sanção		Observação
					Aceitou	Não aceitou	Ocorrência Direta	Ocorrência Indireta	Não Resistência	Sim Maioria	Sim Unanimidade	Não Maioria	Não Unanimidade	Sim - Recorreu	Não - Recorreu	Aceitou	Não Aceitou	
0579/2004	FEV.	suspeita uso maconha	1	62,I		1		1		1					1			Maioria votou 64 II, Ass. Social e Pedagogia votou 61 III.
0586/2004	FEV.	suspeita uso maconha	4	Arquivado		4			4				4		4			Arquivado - não considerado falta disciplinar (encontrados pedaços plástico que poderiam servir p/ embalar maconha)
0598/2004	FEV.	suspeita uso maconha e desobediência ao agente	1	62,I		1		1			1				1			Não quis se apresentar p/ revista
<b>TOTAIS</b>			50		8	42	30	16	4	28	14	0	7	25	25	25	0	
0617/2004	MAR	Desobedecer à ordem do agente	1	62,I	1		1				1				1			Pegou cigarro em outra cela contra proibição do agente
0653/2004	MAR	Posse de droga	1	63,VI	1			1			1				1			Confessou posse de droga e foi enquadrado no art. 16 da lei de tóxico
0658/2004	MAR	Objeto não permitido	3	Advertência escrita	3			3			3				3			Disseram que não sabiam que o alimento era proibido
0660/2004	MAR	suspeita uso maconha	1	61,I		1		1			1				1			
0677/2004	MAR	suspeita uso maconha	1	62,I		1		1			1				1			
0723/2004	MAR	suspeita uso maconha	1	62,I		1		1			1				1			
0724/2004	MAR	Deixar de acatar determinações sup.	2	62,I 62,I		2	2				2				2			Estavam jogando capoeira em lugar proibido frente ao agente.
0753/2004	MAR	Suspeita uso maconha	2	62,I 62,I		2		2			2				2			
0754/2004	MAR	Suspeita uso maconha	1	62,I		1		1			1				1			
0759/2004	MAR	Suspeita uso maconha	1	62,I		1		1			1				1			
0766/2004	MAR	Suspeita uso maconha	1	62,I		1		1			1				1			
0776/2004	MAR	Suspeita uso maconha	1	62,I		1		1			1				1			
0815/2004	MAR	Suspeita uso maconha	1	62,I		1		1			1				1			

TABELA 2. Quadro Geral dos Documentos Analisados																		
Relatório de Decisões Disciplinares da PEL - JAN, a MAR/2004																		
* Cada comunicado terá 1 Decisão Disciplinar por pessoa envolvida																		
Nº Comunicado*	Mês	Acusação	Envolvidos (Nº Decisões)	Falta	Aceite Acusação		Resistência			Sanção				Recorreu		Revisão Sanção		Observação
					Aceitou	Não aceitou	Ocorrência Direta	Ocorrência Indireta	Não Resistência	Sim Maioria	Sim Unanimidade	Não Maioria	Não Unanimidade	Sim - Recorreu	Não- Recorreu	Aceito	Não Aceito	
Atestado Permanência e Conduta Carcerária	MAR	Fuga de delegacia	1	Absolvido	0	1		1			2				1			Fuga da delegacia à mais de 6 meses
0836/2004	MAR	Discussão	2	61, XVI		2		2			2				2			
0842/2004	MAR	Objeto não permitido	1	62, XVI	1			1			1				1			Levou cola sapateiro da oficina p/ uso próprio
0893/2004	MAR	suspeita uso maconha	1	62, III		1		1		1					1			Maioria votou falta média 62 III, Ass. Social votou falta leve 61 I.
<b>TOTAIS</b>			22		6	16	3	19	0	1	22	0	0	0	22	0	0	
<b>TOTAL</b>			107		29	78	45	54	8	36	59	0	12	29	78	25	4	

## 4. Resultados da Pesquisa

Para contextualizar a nossa pesquisa, faremos uma retrospectiva de como e em que contexto a prisão como pena emerge no Brasil.

### 4.1 A Prisão no Brasil

No Brasil, da mesma forma que na Europa e nos Estados Unidos, até o século XVIII, utilizava-se da punição para vingar as atrocidades contra a soberania do reinado. Um exemplo de punição no Brasil é a execução de Tiradentes em 21 de abril de 1792, que foi condenado à forca, depois lhe foi cortada a cabeça que, após o esquartejamento e a exposição dos quatro pedaços do seu corpo espalhados pela cidade, foi dependurada no alto de um poste no lugar mais público de Vila Rica até que o tempo a consumisse<sup>48</sup>.

A primeira menção à prisão no Brasil vem do Livro V das Ordens Filipinas do Reino, que é o código de leis portuguesas, o qual denomina a própria colônia brasileira como presídio de degredados. O território colonial é utilizado oficialmente como local de cumprimento das penas até 1808, época de mudanças rumo à autonomia legal da colônia<sup>49</sup>.

A primeira prisão instalada no Brasil foi mencionada na Carta Régia de 1769, é a Casa de Correção do Rio de Janeiro. Em seguida foi construída outra em São Paulo, entre 1784 e 1788. Eram casarões onde funcionava a Câmara Municipal e, na sua parte

---

<sup>48</sup> Motta, Manoel Barros da. Apresentação. In: Ditos e Escritos IV. (2003a) Rio de Janeiro: Forense, p. XXII.

<sup>49</sup> ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1870, P. 91 (apud Pedroso, Regina Célia. Utopias penitenciárias. Projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. **Jus navigandi**, Teresina, a. 8, n. 333, 5 jun. 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5300>. Acesso em 26 ago. 2005.



inferior, era utilizada para os açoites, o degredo, inclusive de muitos escravos, sendo que nesta época a prisão tinha apenas função de castigo (não de pena)<sup>50</sup>.

A Constituição de 1824 adiciona à pena o trabalho e prevê a separação dos réus (homens, mulheres e menores), além de estabelecer que as prisões devam ser seguras e limpas. Em 1830, o Código Criminal separa a pena em pena de trabalho e pena simples. Em 12 de agosto de 1834, um Ato Adicional dá às assembleias provinciais o direito de construir casas de prisão, de correção e de trabalho com seus respectivos regimes<sup>51</sup>.

Em 19 de maio de 1831, instaura-se uma comissão organizada pela “Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional” que tem como objetivo melhorar as prisões e as penitenciárias. Essa comissão, em relatório apresentado em 1834, denuncia a situação bárbara das prisões da Ilha de Cobras e do Adjube. Em outro relatório datado de 17 de julho de 1837, a comissão anuncia a extinção da prisão de Calabouço por ordem do governo, a qual abrigava 109 homens escravos em uma pequena caverna<sup>52</sup>.

Segundo Motta<sup>53</sup> a história da prisão no Brasil pode ser analisada sob a mesma ótica que Foucault analisa a prisão em Vigiar e Punir (1989), pois a passagem definitiva da prisão como pena se dá aqui também no século XIX. Essa mudança acontece na época da abdicação de Pedro I, durante a regência. Quer eliminar-se a antiga legislação repressora de concubinato e ofensas morais em geral, garantir liberdade à imprensa, enfim, divulgar a idéia de liberdade do direito penal. Para isso, o Código Penal vai estabelecer a prisão como pena principal e planeja a construção de uma casa de Correção, que deverá se basear no modelo panóptico de Bentham.

---

<sup>50</sup> Lima, Suzann Flávia Cordeiro de Lima. **Arquitetura penitenciária: a evolução do espaço inimigo**. Disponível em: [www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br). Acesso em 02 set 2005.

<sup>51</sup> Pedroso, Regina Célia. Utopias penitenciárias. Projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 8, n. 333, 5 jun. 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5300>. Acesso em 26 ago. 2005.

<sup>52</sup> Motta, Manoel Barros da. Apresentação. In: Ditos e Escritos IV. (2003a) Rio de Janeiro: Forense.

<sup>53</sup> Motta, Manoel Barros da. Apresentação. In: Ditos e Escritos IV. (2003a) Rio de Janeiro: Forense.

Cria-se uma comissão para apresentar um plano para a “Casa de Correção e Trabalho na Corte”, tendo como princípio que esta fique à vista de toda a sociedade, para representar a importância de seguir as regras dos bons costumes. É como se fosse um troféu para os “bons”. O modelo de prisão foi trazido de Gênova pelo coronel Manoel de Oliveira. Com as revoltas urbanas que surgiram a partir da abdicação de D. Pedro I, a comissão acelera a decisão de criar a primeira prisão no Rio de Janeiro, sendo construída efetivamente em 1850, com resquícios ainda de castigos físicos, escravidão e sem oficinas de trabalho. Acrescenta-se a isto o fato de ser a época da reforma penal, com críticas ao estado infecto das cadeias e ao acúmulo de presos, misturando culpados e inocentes. Segundo os reformadores brasileiros da época<sup>54</sup>, “os fins da prisão vêm a ser três: custódia segura, reforma e castigo” e em outro trecho se refere à vigilância, pois deve ser um “sistema de contínua vigia sobre o preso, invenção de um destes filósofos ardentes pela causa da humanidade”<sup>55</sup>, onde o jornal refere-se a Bentham<sup>56</sup>.

Na segunda metade do século XIX, o Estado Imperial brasileiro, através do Código Penal de 1890, introduz a pena de prisão acompanhada de trabalho e o encarceramento individual, vendo o novo sistema como uma “punição” moderna. Essa tecnologia torna-se realidade na construção da Casa de Correção da Corte nessa época. Mas a desorganização em relação à introdução do trabalho na cadeia e à dificuldade da prisão individual pelo grande número de presos, logo se tornam utopia nesta e em muitas prisões. Questões que persistem até hoje, pois vemos constantemente na imprensa denúncias de superpopulação de presos e das más condições de vida e do difícil acesso ao trabalho nos presídios brasileiros. Apesar de o Direito Penal Brasileiro estar se orientando para a utilização de penas alternativas - serviços comunitários, suspensão condicional, fianças - para certos delitos desde 1984, com a instituição da Lei

---

<sup>54</sup> O homem e a América, nº 16, 1931, apud Motta, 2003a, p. XXXIII.

<sup>55</sup> O homem e a América, nº 16, 1931, apud Motta, 2003a, p. XXXIII.

<sup>56</sup> Motta, Manoel Barros da. Apresentação. In: Ditos e Escritos IV. (2003a) Rio de Janeiro: Forense.

de Execução Penal - LEP<sup>57</sup> (Lei Nº 7.210), estamos longe de ver uma mudança efetiva na estrutura penal atual.

A LEP tem por objetivo principal a ressocialização do condenado ou internado e a garantia dos direitos que não sejam atingidos por lei ou sentença. Ela também regulamenta a individualização da pena, que é feita a partir da avaliação da Comissão Técnica existente em cada estabelecimento, quando da entrada do condenado ao local.

A lei ainda orienta (Capítulo II) as diversas assistências que o Estado deve promover junto aos presos ou egressos: material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Regulamenta o trabalho interno ou externo do sistema penal, os direitos, os deveres e a disciplina.

## **4.2 Adentrando no Campo de Pesquisa**

A pesquisa se realiza na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL), localizada no Estado do Paraná<sup>58</sup>. A penitenciária<sup>59</sup> foi criada em 2 de setembro de 1993, mas inaugurada em 25 de janeiro de 1994. É um estabelecimento de segurança máxima para presos que cumprem pena em regime fechado. Atende somente condenados do sexo masculino e tem capacidade para 504 internos, apesar de este número<sup>60</sup> ter sido maior durante todo o ano de 2004, tendo uma ocupação média de 563 presos (ver anexo 9). Destes, a média anual de presos provisórios é de 13, de primários é 232 e a média de reincidentes é de 318 presos<sup>61</sup>, portanto, 56,48% dos que são condenados voltaram a cometer algum crime. Isto nos mostra que o objetivo reabilitador do complexo prisional

---

<sup>57</sup> Disponível em: [www.depen.org.br](http://www.depen.org.br). Acesso em 26 ago. 2005.

<sup>58</sup> Conforme dados do Depen (Sistema Penitenciário no Brasil), em 2004 a população prisional do Paraná foi de 15.519 presos e do Brasil todo foi de 336.358 pessoas.

<sup>59</sup> Os dados históricos e estruturais da PEL estão disponíveis no site [www.pr.gov.br/depen/pen\\_pel.shtml](http://www.pr.gov.br/depen/pen_pel.shtml). Acesso em 26 ago. 2005.

<sup>60</sup> Todos os números referidos à população carcerária e à equipe da PEL neste capítulo foram passados pela própria instituição.

<sup>61</sup> Estes dados estão no relatório mensal 2004 do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná.

não está atingindo seu objetivo. Como diz Foucault, a prisão desde o início está em reforma, nunca atingiu seus objetivos e, é só por isto que ela sobrevive e ela serve para organizar a delinquência na nossa sociedade.

A estrutura é composta por 60 celas com capacidade para 06 presos cada<sup>62</sup>, 07 galerias, 04 solários, refeitório, sala de aula, salas de atendimento técnico, cozinha, panificadora, lavanderia, consultório médico, consultório odontológico, enfermaria de isolamento, área para visita íntima, pátio para visitantes, oficinas e quadras esportivas. A vigilância interna é feita pelos agentes penitenciários e a estrutura de segurança é composta de portões automatizados, sistema de alarme e de som (com sirenes eletrônicas), detector de metais, rádios transceptadores e portas de segurança nas celas. Já a segurança externa é feita pela Polícia Militar.

A estrutura organizacional da PEL é formada por um Diretor, um Vice-Diretor, o Conselho Disciplinar, A Comissão Técnica de Classificação, A Divisão de Administração e Finanças, a Divisão Assistencial, a Divisão Ocupacional e de Qualificação, a Divisão de Prontuário e Movimentação, a Divisão de Segurança e Disciplina, a Divisão de Saúde e Psicologia e o Núcleo de Processamento de Dados. O quadro de funcionários<sup>63</sup> (anexo 10) é composto por agentes penitenciários, técnicos e administrativos.

A faixa etária dos presos varia de 18 a 70 anos, embora o maior número (57,2 %) se encontre na faixa dos 21 aos 30 anos, sendo que 28,7% tem idade entre 21 e 25 anos e 28,5% entre 26 e 30 anos. A procedência da maioria (78,8%) é a região metropolitana (anexo 1).

A escolaridade de 40,6% dos internos corresponde ao primeiro grau incompleto, e, em segundo lugar, se encontram os alfabetizados com 35,0 %, já os

---

<sup>62</sup> A partir desta lógica numérica poder-se-ia concluir que o número de presos seria de 360 homens, mas este número é superior por ter presos em regime aberto e celas com superlotação.

<sup>63</sup> O Quadro de Funcionários refere-se ao ano de 2005 e foi fornecido pela PEL.

analfabetos correspondem a 8,0 % e ainda, apenas 0,1% é graduado e 1,4 % tem a graduação incompleta. A prisão no Brasil parece mesmo feita para os pobres! Os detentos, em geral, são solteiros (52,0 %) e de cor branca (70,5 %), conforme anexo 12. Os presos têm acesso, no interior da penitenciária, à assistência educacional, que é oferecida em forma de ensino supletivo, da alfabetização ao ensino médio, além de cursos profissionalizantes. Também são oferecidas práticas de educação física e de recreação sob orientação de professor qualificado, em convênios com órgãos externos.

Os presos têm também acesso a laborterapia, que se designa à atuação nos canteiros de trabalho da penitenciária (artesanato, padaria, lavanderia, almoxarifado, barbearia, cozinha, serviços gerais, biblioteca ou faxina) ou ao trabalho oferecido no local por empresas conveniadas. Todos os trabalhos são remunerados e servem de remissão do tempo de execução da pena. Assim, para cada três dias de trabalho, é remido um dia da pena.

Também são oferecidos vários projetos no local, como o de prevenção DST/AIDS, o Projeto de Redução de Danos, que trabalha com os internos as questões da drogadição. Outro projeto, o de Recreação, proporciona aos presos espaços de trabalho cultural e envolvimento em atividades artísticas como teatro, música e brincadeiras dirigidas a colegas e também a familiares, incluindo atividades para as crianças visitantes. Enfim, o projeto busca, além de entretenimento, aperfeiçoar dotes artísticos dos internos e aproximar pais e filhos com as atividades lúdicas nos dias de visita.

Existe um rigoroso controle das visitas que podem ser Religiosas, Sociais e Íntimas, ou ainda de pessoas externas. Os grupos religiosos devem fazer o cadastramento na unidade e sendo aprovada a sua atuação, devem utilizar as credenciais emitidas pela instituição, respeitando o horário estabelecido pela Coordenação do

Projeto Religioso, sendo que os cultos religiosos acontecem sempre durante os sábados. Para as visitas sociais e íntimas, é também feito o registro das pessoas que têm direito a visitar o interno, que podem ser: pais, irmãos, filhos menores ou maiores de idade, parentes, companheiras ou esposas legalmente constituídas e ainda amigos do interno. As visitas são feitas aos domingos, das 8:00 as 13:30 e das 15:00 as 16:30 horas.

Enfim, regras significativas, relacionadas às visitas, como estas e outras (anexo 13) demonstram a normalização da unidade penal.

O descumprimento, por parte do preso, de qualquer norma interna da Unidade Penal ou de algum artigo da Lei de Execuções Penais ou do Estatuto Penitenciário implica em sanções disciplinares previstas em lei, as quais são sancionadas pelo Conselho Disciplinar da Unidade Penal.

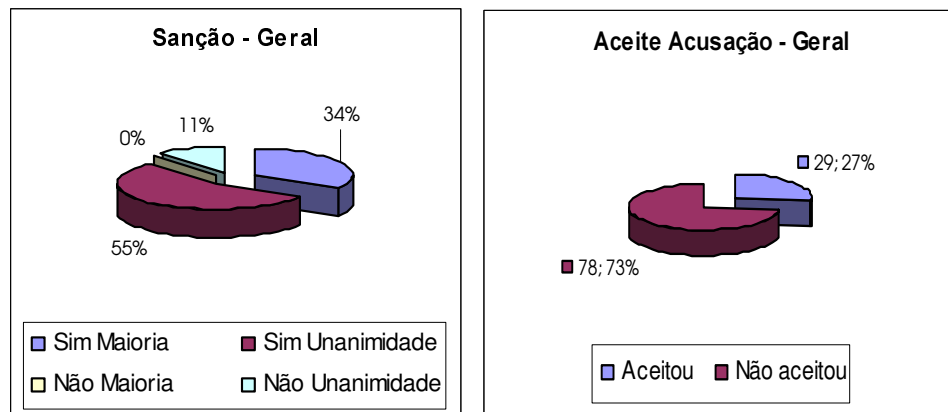
#### **4.3 As faces que a Pesquisa Possibilitou**

Analisando todos os documentos utilizados para esta pesquisa, sejam: o “processo”, as atas, as “Normas e Procedimentos” e os cartazes internos, verificamos que a normalização, feita a partir das infrapenidades - acontecimento que se dá desde o início da prisão com o surgimento das disciplinas – permeiam a organização penitenciária. E, mais interessante, que estas se tornaram leis, ou seja, passaram das microrelações para as macrorelações, invertendo-se, pois as macrorelações passaram a controlar as microrelações cotidianas na instituição. E a vigilância contínua e os castigos cercam todas as práticas penitenciárias, seja de comportamento, de alimentação, da vestimenta, das visitas, do sono, do trabalho, enfim, cada movimento é alvo e instrumento de poder. Mas é também em cada movimento deste que podem registrar-se resistências, pois, como diz Foucault, estas são inerentes às relações

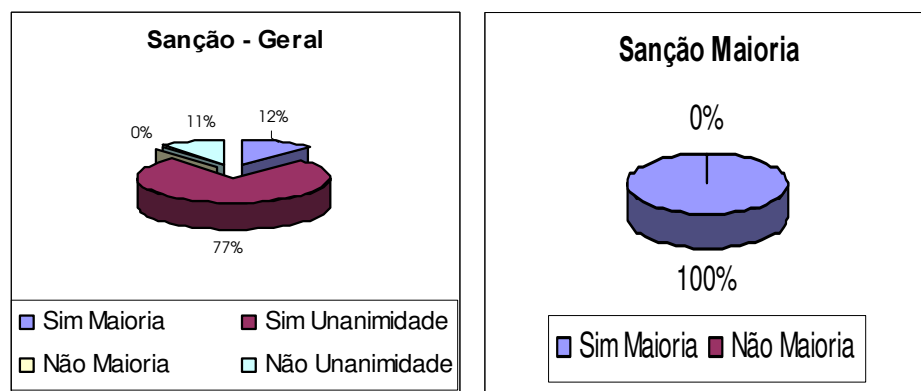
poder/saber. Os documentos pesquisados mostram resistências em reclamações, discussões, afrontas verbais, enfim, em discursos diversos, mas que são também práticas, como a utilização de drogas, de comidas proibidas, a negação de revista corporal etc, enfim, nas mais diversas práticas de resistência, sejam diretas ou indiretas.

Nos “processos”, verificamos que na grande maioria dos casos (89%) prevalece a acusação do agente penitenciário, ou seja, o preso é sancionado pelo Conselho Disciplinar pela acusação que consta no “Comunicado de Ocorrência Disciplinar”. Assim, pode-se ver, em outras palavras, que prevalece a opinião de um profissional, com formação básica (ensino médio) a respeito do funcionamento do regime disciplinar na prisão. De outro lado, tem-se uma equipe interdisciplinar (Conselho disciplinar) formada por graduados nas ciências humanas e no direito, que legitimam os discursos e as práticas de disciplinamento e vigilância, partindo do discurso do agente, fazendo-o funcionar. Enfim, todos utilizam-se dos mesmos enunciados. Neste contexto, pode-se questionar se o regime disciplinar não instala-se e funciona independentemente da formação escolar e se a interdisciplinaridade não torna-se absurda frente aos dispositivos de vigilância.

Apesar de se ouvir o depoimento – confissão - do preso, dificilmente este é considerado no processo, ou seja, a confissão é apenas um ritual. Verificamos que o discurso do acusado em 78,73% dos casos é de inocência, ou seja, é um discurso penitenciário de verdade que, da mesma forma que o da acusação, vai se repetindo na história da prisão... cada qual tem seu momento de verdade!



Nos chamou a atenção o fato de que em grande parte das decisões disciplinares (77%) a sanção foi votada por unanimidade e dos casos que foram votados pela maioria (12%), em 100% não houve absolvição.



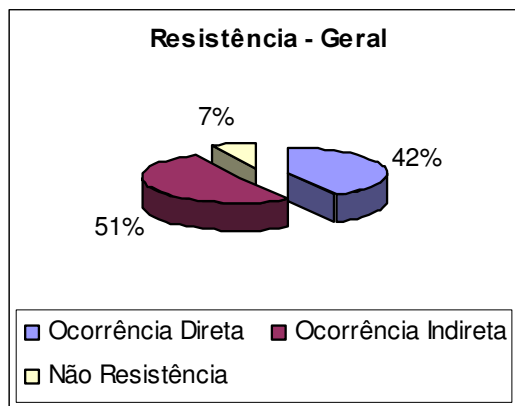
Segundo Foucault (1989), o aparecimento das Disciplinas contribuiu para que a prisão se tornasse a pena mais utilizada desde o final do século XVIII, assim como também possibilitou que se desvinculasse do sistema judiciário, o que resultou numa forma paralela de exercício de poder: o penitenciário. Assim, podemos ver que desde o início da prisão moderna, o direito, assim como as ciências humanas - através da psiquiatria, da psicologia, do serviço social etc, são co-responsáveis pelo regime disciplinar aí posto, mas são também reféns desse mesmo regime, porque o reproduzem, legitimam, reformam, em outras palavras, reforçam os muros das prisões, pois têm como objetivo, desde o início, a vigilância e a transformação dos delinquentes e,



concomitantemente, a reforma da prisão. Portanto, o projeto de humanização proposto pelos reformadores é ainda base das reformas penais atuais, mas perde-se diante das práticas de disciplinamento, vigilância e castigo. Não que não ajam iniciativas por parte dos profissionais, mas estas acabam servindo apenas para sublimar o sistema vigente.

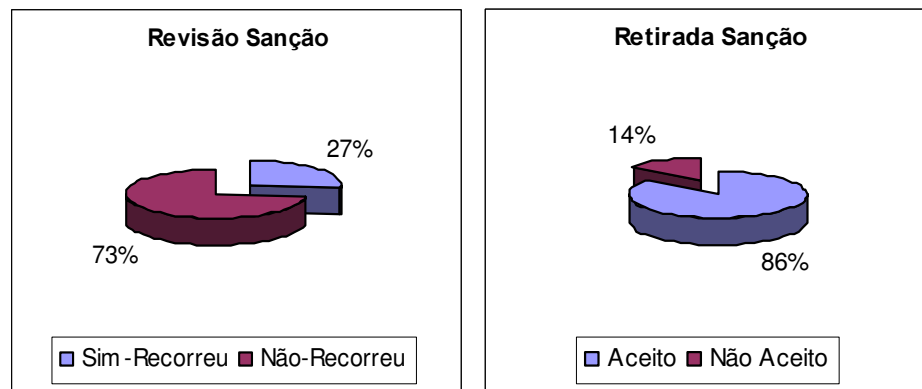
O papel da equipe (inter)disciplinar da penitenciária é “desvelar” a verdade dos fatos, pois o exercício de poder exige a produção de discursos de verdade para se apoiar. Como diz Foucault, “... somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar; temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la” (Foucault, 1999, p.29).

Os dados pesquisados nos possibilitaram fazer um quadro geral das resistências na instituição. Nesse sentido, verificamos que em 51% dos casos a resistência se caracterizou como uma ocorrência indireta e em 42% como direta. Apenas 7% das acusações não se caracterizam como resistências. A classificação em resistência como ocorrência direta ou indireta não depende da *falta* conforme regulamentada pelo Estatuto Penitenciário, mas sim da ação de um interno que levou à abertura de um “processo” disciplinar pela unidade penal. Enfim, é o acontecimento que determina o tipo de ocorrência: resistência direta, indireta ou se não se trata de resistência. Este acontecimento nós pesquisamos primeiramente no “Comunicado de ocorrência disciplinar”, mas levamos em conta também os demais documentos do processo, buscando ter a compreensão mais ampla possível do acontecimento.



As resistências não necessariamente caracterizam indisciplina. O que deve ser considerado nesta pesquisa e que é fruto das análises, é que qualquer movimento de um interno que possa ameaçar a vigilância já é considerado indisciplina pela instituição. Mas, se deslocarmos nosso pensamento para fora do sistema penitenciário, podemos ver que muitas das ações do cotidiano são resistências às relações de poder, mas não indisciplinas, como por exemplo, quando um filho argumenta com sua mãe para conseguir algo que quer, ele está resistindo às relações de poder, mas não está sendo indisciplinado (apesar de alguns pais verem dessa forma). Voltando ao sistema penitenciário, podemos pensar no exemplo de uma discussão acerca de um problema interno entre dois presos. Isto por si só não caracteriza uma indisciplina, mas são resistências na própria relação de poder.

Alguns internos, não satisfeitos com as decisões do Conselho Disciplinar, ou melhor, não aceitando a acusação, pois dificilmente reconhecem no seu discurso que não tenham cumprido alguma norma, recorrem, pedindo a revisão do processo. No tempo da nossa pesquisa este fenômeno aconteceu em 27% dos casos, sendo que destes 14% foram aceitos, ou seja, foi retirada a sanção. Isto nos leva a suspeitar que os internos efetivamente pedem a revisão apenas em casos que acreditam provar sua inocência.



Em alguns casos pesquisados os presos negaram-se a assinar o documento denominado “Ciente/Decisão”, o que caracteriza uma resistência direta, mas este fato não influenciou em nada a decisão do Conselho Disciplinar ou o cumprimento da sanção.

Em resumo, os comunicados e as decisões disciplinares servem de técnicas de manutenção do regime disciplinar e de vigilância. São discursos de verdade que subsidiam o exercício de poder. O poder aqui se justifica como moral, pois usa de técnicas, geralmente de isolamento celular - duplicando, assim, a privação de liberdade - para manter a “ordem disciplinar”.

Nesse sentido, Foucault (1999, p. 32) coloca que “o sistema de direito e o campo judiciário são o veículo permanente de relações de dominação, de técnicas de sujeição polimorfos. O direito, é preciso examiná-lo, creio eu, não sob o aspecto de uma legitimidade a ser fixada, mas sob os aspectos dos procedimentos de sujeição que ele põe em prática”.

Os cartazes - avisos internos, que são enunciados que circulam repetidamente na instituição, ou seja, são escritos, mas também falados pelos agentes e pelos técnicos, pelos familiares e visitantes, circunscrevem a todos. Todos, até os familiares, ao menos no dia da visita, são vigiados, pois se controlam suas vestes, os alimentos que trazem

para si e para o preso, a sexualidade etc. Existem horários e condições controladas e, se caso não forem cumpridos, podem até ser reprimidos.

A pesquisa nos mostra que, mesmo diante do quadro de extrema vigilância e disciplinamento de uma penitenciária de segurança máxima, têm-se formas de escape – práticas de resistência - e elas estão justamente aonde a instituição mais reprime, ou seja, aonde as relações de poder são mais rígidas, aí as práticas de resistência se dão. E ainda, quanto mais o poder busca a sutileza, tanto mais as resistências também o são. Como diz Foucault, não são necessariamente grandes recusas que fazem a Resistência acontecer.

## **Conclusões**

A partir do século XVIII, a prisão torna-se a pena mais comum nas sociedades ocidentais: a menos questionada e a mais requerida. Há uma ruptura na forma de exercitar o poder de castigar. O modelo de punição, exercido através do suplício, é substituído por outras formas de correção, consolidando-se na pena de prisão, acontecimento que atende à economia de poder da época.

Mudanças sociais, econômicas, intelectuais, desenvolvem essa nova economia de poder, que busca uma melhor distribuição dos efeitos deste e o controle geral da população. Enquanto na era feudal a economia de poder pune exemplarmente indivíduos isolados para obter efeitos de obediência sobre todos, na nova condição o poder atinge a todos ao mesmo tempo, nos jogos de verdade-subjetividade, infiltrando-se em todos os espaços institucionais. A vida passa de um fenômeno natural, à disposição do arbítrio do Rei, a um fenômeno político, estudada e valorizada enquanto mecanismo de produção política e econômica. O poder torna-se produtivo: produz os indivíduos e reproduz a si mesmo a partir de tecnologias de disciplina e vigilância. O indivíduo produzido pelas novas tecnologias de bio-poder passa a ser instrumento e reflexo de uma nova forma de subjetividade, constituída por poderes e saberes, por práticas e discursos.

O surgimento da Disciplina, no século XVIII, serve de base para a nova forma de acesso ao corpo e à subjetividade, pois permite tornar o corpo, ao mesmo tempo, dócil e útil. Ela é condição de possibilidade para as instituições disciplinares, entre elas a prisão como pena. Segundo Foucault (1989), a Disciplina permitiu o surgimento das Ciências Humanas, e, junto com ela, o aparecimento do conceito moderno de indivíduo

perigoso – o delinqüente – figura do Direito e elemento essencial do sistema penitenciário.

As práticas penitenciárias, através das relações de poder/saber, constituem subjetividades. Poder que vigia e disciplina, aliado ao saber, que controla através de registros/documentos. Mas as resistências colocam em questão a função das relações poder/saber que querem reabilitar o preso por meio de mecanismos como prender, isolar, julgar e castigar continuamente.

Na Penitenciária Estadual de Londrina verificamos um duplo jogo entre a instituição (com os mecanismos de disciplina e vigilância que ela cria e mantém) e os presos. Não basta o indivíduo ser condenado à prisão: exerce-se sobre ele vigilância e controle constantes. Muitos dos seus atos cotidianos, mesmo que pareçam insignificantes, são continuamente denunciados pelos agentes e julgados pelo Conselho Disciplinar, com base no Estatuto Penitenciário do Paraná, regimento de direitos e deveres dos presos, instrumento de ordem e disciplina. Estas ações, que sob o olhar da instituição são classificadas como indisciplina, para o tema das relações de poder, na forma como Foucault o aborda, revelam-se formas de resistência. Tais resistências constituem-se em infra-penalidades que o Conselho Disciplinar vai julgar e (re)condenar infinitamente. Aos olhos dos presos são mecanismos de resistência ao disciplinamento e ao controle, estratégias de sobrevivência de sua singularidade. Mas todos, agentes penitenciários, profissionais do Conselho Disciplinar e presos, são reféns do mesmo jogo, cada grupo alimentando-se do outro. Os presos alimentam suas resistências nas práticas dos agentes e nas sanções do Conselho; os agentes nutrem suas ações nas “infrações” dos presos e nas condenações do Conselho, e, este justifica sua existência na indisciplina (real ou suposta) dos presos e nas denúncias dos agentes. O dispositivo penitenciário é, assim, fonte e suporte da delinqüência.

Foucault (1989) diz que a delinquência se constitui ao mesmo tempo e pelos mesmos processos que a prisão, sendo, ao mesmo tempo, efeito e causa dela. A prisão, neste sentido, não é uma forma de combate e erradicação da delinquência, mas uma economia de poder que a administra e mantém sob controle as infrações e as revoltas, que de alguma forma a ameaçam. A prisão tem um papel estratégico, tanto para os que estão ou que passam por ela (ficando marcados para sempre com o estigma de “indivíduo perigoso”) quanto para os que estão fora dela, aos quais o encarceramento deve servir de exemplo: todos auxiliando a prisão no cumprimento de seu papel em organizar a delinquência na sociedade. Este papel, além de explícito nas práticas sociais, está inscrito na “consciência abstrata” dos indivíduos que reproduzem os discursos de disciplina e vigilância, requerendo cada vez mais a exclusão como forma de organização social. Mesmo discursos que se apresentam como humanitários, igualitários, inclusivos (de certos movimentos sociais, políticos, de trabalhos feitos em nome da ciência) que, na superfície parecem defender a diversidade, em seu fundamento muitas vezes visam apenas incluir o indivíduo (torná-lo um igual), buscando extirpar dele qualquer sinal que possa oferecer resistência.

É interessante ver que, apesar de todo controle disciplinar e toda vigilância de uma penitenciária de segurança máxima como a PEL, ainda é possível constituir práticas de resistência, mesmo que sejam pequenas resistências cotidianas, nem boas nem más. São resistências frente aos dispositivos de controle que na verdade não conseguem ter o domínio total da subjetividade dos que vigia. E isso põe em questão a justificativa pela qual a prisão foi criada, mantida e tolerada na nossa modernidade, ou seja, a crença na possibilidade de uma transformação do indivíduo preso, através do disciplinamento, para devolvê-lo melhor à sociedade.

A modernidade desenvolveu tecnologias de governo que permitem governar cada um e todos ao mesmo tempo. A constituição dos indivíduos e os procedimentos de individualização, longe de serem formas de singularização, são procedimentos de normalização. O sujeito é objetivado pelos discursos de verdade, pelas práticas de individualização que o enquadram em algum padrão de normalidade (ou anormalidade). O indivíduo torna-se sujeito portador desse discurso e dessa prática quando assume os rótulos de sujeito da sexualidade, de louco, de criminoso, de honesto, mostrando que a normalização disciplinar funciona. Mas o indivíduo moderno também se constitui por suas resistências, constantemente questionando o estatuto de indivíduo, atacando as técnicas de poder que individualizam, buscando o “direito de ser e fazer diferente”. Assim, as resistências podem caracterizar grandes recusas ou pequenas mudanças, mas questionam os padrões estabelecidos ou a eficácia dos mecanismos de poder.

O fato de a prisão, depois de duzentos anos, ainda ser necessária (e cada vez em maior número) mostra que, ou sua existência já é prevista como necessária à sociedade disciplinar, não para “recuperar” a pessoa, mas para viabilizar a sociedade (disciplinada e ordenada); ou a suposta “recuperação” não produz os efeitos preconizados. Nas duas alternativas percebe-se que o controle e a disciplina nunca são absolutos, o que atesta a possibilidade da resistência, da oposição, de diversidade frente às “verdades” instituídas e administradas por políticos, juristas, especialistas e pesquisadores de diferentes áreas.

O modo como estamos inseridos nas relações de poder pode permitir, se tomarmos como base a noção de resistência utilizada por Foucault, que tenhamos práticas de recusa à dominação e ao enquadramento. Pois não somos meros frutos do meio social: tanto somos constituídos e atingidos pelas relações de poder/saber quanto reagimos a elas, podendo promover novas formas de subjetividade.



A Psicologia, a partir da noção de resistência trabalhada por Michel Foucault, poderá questionar e recusar a cristalização dos padrões, buscar novos meios de compreender o mundo, não visando, com suas práticas, a normalização, mas a possibilidade da constante recriação... considerando sempre que todas as práticas de poder, todos os saberes, são passíveis de oposição, de resistência. Vale lembrar que Foucault não é profeta de uma nova sociedade, justa e igualitária, em que todos seriam felizes, o que faz é problematizar as relações de poder/saber e as possibilidades de resistência.

Ainda sobre a delinquência, muitas vezes a constituição e a manutenção do dispositivo da delinquência serve para encobrir outras ilegalidades. Alguns grupos de poder, longe do rótulo da “delinquência”, valem-se dela como dispositivo para praticar tráfico de armas, de influência, de drogas, de dinheiro etc. O que, a princípio, pode parecer ser resistência dos “delinquentes” pode, na realidade, ser a utilização da delinquência por estes grupos que a organizam. Isto nos mostra o quanto a noção de resistência ainda precisa ser pesquisada e aprofundada para entender sua dimensão nas diferentes experiências e racionalidades. Pois não basta analisar as questões do ponto de vista da política, é preciso questionar a política e as relações de poder sob as diferentes racionalidades do trinômio poder/saber/resistência, ou seja, das diferentes formas de constituição das subjetividades em determinado tempo e lugar.

## Referências

- ANDRÉ, Marli E. D. A. & LÜDKE, Menga. (1986) *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. (1993) *Falência da Pena de Prisão – Causas e Alternativas*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- COSTA, Claudia Pinheiro da Costa. (2001) *Sanção Penal: Sua Gênese e Tendências Modernas*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- FARGE, Arlette. (1991) Famílias, a honra e o sigilo. In: Áries, Philippe & Duby, Georges (direção). *História da Vida Privada 3 – Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia da Letras.
- FOUCAULT, Michel. (1997) *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (1999) *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Emantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2003a) *Ditos e Escritos IV - Estratégia, poder-saber*. Manoel Barros da Motta (org.); Trad. Vera Lucia A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (2004) *Ditos e Escritos V - Ética, Sexualidade, Política*. Manoel Barros da Motta (org.); Trad. Elisa Monteiro, Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (2001) *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber*. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal.

\_\_\_\_\_. (1995a) *Microfísica do Poder*. Org. e trad. Roberto Machado. 11ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.

\_\_\_\_\_. (1995b) *O Sujeito e o Poder*. In: Dreyfus, H. L. & Rabinow, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trd. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

\_\_\_\_\_. (2003b) *Sexo, Poder e Indivíduo*. Trad. Jason de Lima e Silva & Davi de Souza. Santa Catarina: Nefelibata.

\_\_\_\_\_. (1989) *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. 7. ed. Petrópolis: Vozes.

KUDE, Vera Maria Moreira. (1997) *Como se faz análise de dados na pesquisa qualitativa em psicologia*. In: Revista PSICO. Porto Alegre, v. 28, n.2, p.183-202, jul.dez. 1997.

NETO, Vicente Amêndola. (1997) *História e Evolução do Direito Penal no Brasil*. Campinas, São Paulo: Judex Livros.

## **Bibliografia**

ARAÚJO, Inês Lacerda. (2001) *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Ed. da UFPR.

BITENCOURT, Cezar Roberto. (1999) *Novas Penas Alternativas*. São Paulo: Saraiva.

FONSECA, Márcio Alves. (2003) *Michel Foucault e a Constituição do Sujeito*. São Paulo: EDUC.

\_\_\_\_\_. (2002) *Michel Foucault e o Direito*. São Paulo: Ed. Max Limonad.

FOUCAULT, Michel. (2003) *A Ordem do Discurso*. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola.

\_\_\_\_\_. (1997) *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Tradução Andréia Daher; consultoria Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

\_\_\_\_\_; ROUANET, Sergio P.; MERQUIOR, José G.; LECOURT, Dominique & ESCOBAR, Carlos H. de. (1996) *O Homem e o Discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

MARIGUELA. Márcio (org.). (1995) *Foucault e a Destruição das Evidências*. Piracicaba: Ed. Unimep.

QUEIROZ, André. (1999) *Foucault. O Paradoxo das Passagens*. Rio de Janeiro: Pazulin.

SARGENTINI, Vanice & NAVARRO-BARBOSA, Pedro. M. (2004) *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz.

VEIGA-NETO, Alfredo. (2003) *Foucault e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica.